



TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP – SERVIÇO COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA
(Processo Administrativo n.º 23228.000100/2020-29)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para contratação de serviço de prestação continuada de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, para atendimento às demandas da Reitoria e seus *Campi*, tais: Macapá, Avançado Oiapoque, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, e Campus Laranjal do Jari, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	C A T E G O R I A	UNID MEDIDA	(A) QTDE ESTIMADA ANUAL	(B) VALOR MÁXIMO UNITÁRIO POSTO	(C) VALOR MÁXIMO ANUAL ACEITÁVEL POR POSTO (B*12)	(D) VALOR MÁXIMO ANUAL ACEITÁVEL PARA TODOS OS POSTOS (A*C)
CAMPUS MACAPÁ								
1	1	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	4	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 573.100,80
	2	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	4	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 683.222,40
TOTAL GRUPO 1								R\$ 1.256.323,20
CAMPUS OIAPOQUE								
2	3	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	2	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 286.550,40
	4	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	2	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 341.611,20
TOTAL GRUPO 2								R\$ 628.161,60
CAMPUS SANTANA								
3	5	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 429.825,60
	6	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 512.416,80
TOTAL GRUPO 3								R\$ 942.242,40
CAMPUS PORTO GRANDE E CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI								
4	7	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Sendo 02 postos para o Campus Porto Grande e 01 posto para o Centro de Referência.	24015	POSTO/ANO	3*	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 429.825,60
	8	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Sendo 03 postos para o Campus Porto Grande e 01 posto para o Centro de Referência.	24015	POSTO/ANO	4*	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 683.222,40
	9	Vigilância diurna motorizada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	24015	POSTO/ANO	1*	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 143.275,20
	10	Vigilância noturna motorizada - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	24015	POSTO/ANO	1*	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 170.805,60
TOTAL GRUPO 4								R\$ 1.427.128,80



CAMPUS LARANJAL DO JARI							
5	11	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20
	12	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60
TOTAL GRUPO 5							R\$ 942.242,40
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 5.196.098,40

* Para o alcance dos valores máximos aceitáveis, foram utilizados os valores limites máximos correspondentes ao serviço de vigilância diurna e noturna da Portaria nº 213 de 25 de setembro de 2017 – SEGES-MP, atualizada em 17 de abril de 2018 para o estado do Amapá, por meio de caderno técnico, conforme documentos constantes no processo;

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de natureza continuada;
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima;
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global;
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;
- 1.6. Os itens de todos os grupos terão disputa pelo **VALOR ANUAL POR POSTO**.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrangendo a prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, de forma continuada, com fornecimento de uniformes (fardamento completo), complemento do uniforme (equipamentos e utensílios ostensivos e de segurança), veículo (motocicleta) e equipamentos próprios para os postos motorizados, e demais materiais necessários para as categorias fixadas pela Administração, cuja mão de obra atenda aos requisitos mínimos de qualificação profissional e capacitação para o desempenho das atribuições concernentes às suas funções, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/Dissídio Coletivo de Trabalho 0000288-37.2019.5.08.0000, e legislação pertinente.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão pelo sistema de registro de preços, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Quanto aos requisitos necessários para atendimento da necessidade da contratação:

a) O serviço, objeto desta contratação, é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e Instrução Normativa MP/SEGES n. 5 de 2017, aos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, às Normas Regulamentadoras 16 e 17 do MTE, Convenção Coletiva de Trabalho – CCT ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observada legislação trabalhista específica e demais normas pertinentes, bem como ao



disposto neste documento;

- b) Os serviços a serem prestados compreendem atividades de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, de forma continuada, com fornecimento de uniformes (fardamento completo), complemento do uniforme (equipamentos e utensílios ostensivos e de segurança), veículo (motocicleta) e equipamentos próprios para os postos motorizados, e demais materiais necessários para as categorias fixadas pela Administração, cuja mão de obra atenda aos requisitos mínimos de qualificação profissional e capacitação para o desempenho das atribuições concernentes às suas funções, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/Dissídio Coletivo de Trabalho, e legislação pertinente;
- c) Os serviços terão início a contar da assinatura do contrato e serão executados ininterruptamente, de segunda-feira a domingo, em jornada de trabalho de 12x36 horas, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, controle de acesso de pessoas, rondas nas áreas internas e externas e adjacentes;
- d) Os postos de trabalhos poderão ser remanejados ou acrescidos, na forma da legislação vigente;
- e) Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação e regime trabalhista vigente;
- f) Salvo disposição em contrário constante em CCT ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente para as categorias, no estado do Amapá, dadas as peculiaridades do sistema de trabalho 12x36 e desde que o mesmo não seja ultrapassado ou compensado, nada será devido a título de horas extras e de repouso semanal remunerado, mesmo na ocorrência de trabalho em domingos e feriados;
- g) Os salários dos profissionais utilizados na prestação dos serviços deverão corresponder aos consignados em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente no Estado do Amapá;
- h) Os serviços deverão ser executados com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à viabilização da execução, conforme legislação vigente, todos estes a cargo da Contratada;
- i) Os serviços especificados neste documento não excluem outros similares que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas ora licitadas;

j) DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL

j.1) Os serviços de Vigilância Armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, envolvem a disponibilização pela Contratada de mão de obra capacitada, que apresente como qualificação profissional, no mínimo, as seguintes características, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, observada legislação trabalhista específica e demais normas, no que couber:

- I) Ensino Médio Completo;
 - II) Curso de Formação de Vigilantes, com certificado expedido por Instituições reconhecidas;
 - III) Conhecimento específico e experiência mínima de 06 (seis) meses na função;
 - IV) Curso especial de direção defensiva na área de trânsito e carteira de habilitação em categoria mínima exigida, conforme veículo a ser utilizado na ronda, em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro (este item IV é obrigatório apenas para os postos de vigilância motorizada, sendo necessário, no mínimo, 1 (um) vigilante de cada posto possuir a habilitação requerida).
- j.2) Os vigilantes devem ser devidamente treinados e habilitados para o uso de arma de fogo. A comprovação da formação técnica específica da mão de obra oferecida deverá ser através de Certificados de Cursos de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, apresentando periodicamente e quando da alteração do seu quadro de funcionários, os documentos comprobatórios.

k) DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

k.1) A mão de obra contratada, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, em atendimento à legislação trabalhista específica e demais normas, deverá desempenhar as atribuições inerentes a seus cargos, observado, no mínimo, o seguinte:



- I. Comunicar imediatamente à Administração, bem como os responsáveis pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- II. Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- III. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como aquelas que entenderem oportunas;
- IV. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- V.) Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados, quando for o caso;
- VI. Repassar para o(s) vigilante(s) que estiverem assumindo cada posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anormalidade observada nas instalações e suas imediações;
- VII. Comunicar à Administração todo e qualquer acontecimento entendido como estranho às rotinas, que possa vir representar risco para o patrimônio do órgão, a seus servidores, aos funcionários terceirizados e demais usuários que estejam na área de abrangência do órgão;
- VIII. Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do IFAP, facilitando no que for possível a atuação delas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- IX. Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana. Nas últimas condições permitir acesso somente por autorização por escrito do responsável designado pela Administração, anotando em documento próprio nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
- X. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instituição;
- XI. Proibir aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à Administração, no caso de desobediência;
- XII. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- XIII. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos no local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- XIV. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- XV. Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- XVI. Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizadas;
- XVII. Registrar e controlar, juntamente a Administração dos Campi e Reitoria, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;
- XVIII. A programação dos serviços será feita periodicamente, conforme cada Campi de prestação das atividades, e os serviços deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
- XIX. Os serviços a serem contratados compreendem a elaboração, sem ônus extra para o IFAP, de "Plano de Segurança" para as dependências a serem vigiadas, nos estritos limites da legislação federal específica sobre segurança;

XX. O “Plano de Segurança” será obrigatoriamente elaborado, contemplando apenas os recursos e equipamentos existentes nas dependências do IFAP e os fornecidos pela Empresa Contratada;

XXI. O “Plano de Segurança” será obrigatoriamente entregue, pela Empresa Contratada ao IFAP, conforme o Campi de prestação do serviço, em 15 (quinze) dias após a data de assinatura do contrato.

I) CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS

I.1) POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA FIXA

I. O posto de vigilância armada tem o objetivo de supervisionar, controlar, vistoriar e garantir a segurança do local e o fluxo de entrada e saída de veículos e de pessoas;

II. O desempenho da função de vigilância impõe, como condição essencial para eficiência da atividade, o completo conhecimento da atividade, que se inicia nos cursos de formação e capacitação na área de segurança privada;

III. Requisitos básicos para execução da atividade:

- Conhecimento da atividade: o desempenho da função de vigilante impõe, como condição essencial para eficiência da atividade, o completo conhecimento da atividade privada. Esse conhecimento tem origem no prévio preparo técnico-profissional do vigilante, decorrentes de cursos de formação e reciclagem na área de vigilância e se complementa com o interesse do vigilante em se aprimorar na área de atuação continuamente;

- Conhecimento do local de atuação: compreende o conhecimento de todos os aspectos físicos, organizacionais e rotineiros, por parte do vigilante, do local designado para o exercício da função de vigilância, assegurando a familiarização indispensável ao melhor desempenho operacional;

- Postura: atitude, compondo a apresentação pessoal e a postura no exercício das atividades, influencia decisivamente na confiabilidade do público em relação à capacidade técnica da vigilância patrimonial e mantém elevada a autoridade do vigilante, facilitando-lhe em consequência, o desempenho de suas atribuições;

- Comportamento na ocorrência: o caráter impessoal e imparcial da ação da vigilância patrimonial revela a natureza eminentemente profissional da atuação, em qualquer ocorrência, a atuação deve ser revestida de respeito, conhecimento sobre o que esta fazendo, autoridade compatível com a necessidade e isenção de julgamento ou posicionamento;

Formas de atuação:

- **Averiguação:** refere-se ao empenho da vigilância patrimonial, visando à contratação do grau de tranquilidade e normalidade desejável num determinado local ou à análise de indícios, que poderão conduzir as providências subsequentes;

- **Orientação:** considerado umas das mais importantes atribuições da vigilância patrimonial, refere-se ao ato de prevenir a ocorrência de infração através do esclarecimento das regras e dos procedimentos de segurança a serem seguidos;

- **Assistência:** Refere-se a todo auxílio prestado pelo vigilante às pessoas da Organização ou visitantes, de forma preliminar e eventual;

- **Advertência:** é o ato de abordar uma pessoa (aluno, servidor, prestador de serviço, visitante ou desconhecido) encontrada em conduta irregular, de acordo com as normas e procedimentos da Organização, buscando a mudança de sua atitude, a fim de evitar o cometimento de uma infração ou atitude que coloque em risco sua segurança ou a de outros;

- **Intervenção:** ação da vigilância patrimonial sobre uma ocorrência em curso ou prestes a ocorrer com intuito de estabelecer o controle da situação;

- **Registro de ocorrência:** refere-se ao ato de registrar por escrito uma ocorrência identificada ou informada, retratando aspectos essenciais, para fins de medidas administrativas e estatísticas. O vigilante ao registra particularidades de uma ocorrência atendida, deve primar pela imparcialidade, somente mencionando circunstâncias relevantes constatadas, não expressando conclusões pessoais.

I.2) POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA

I. A ronda motorizada consiste na utilização de veículo (motocicleta), a ser fornecida pela Contratada, composta de equipe formada por 2 (dois) vigilantes da empresa Contratada, onde no mínimo 1(um) deles terá que ter habilitação para possível condução de veículo automotor, específica para realizar o



patrulhamento nos locais definidos pela Administração do IFAP, além de ficarem à disposição para o atendimento das diversas ocorrências em apoio da segurança do Instituto;

II. Os veículos automotores que serão utilizados nas rondas deverão ser motocicletas e/ou outro veículo qualquer compatível com a prestação do serviço;

III. O veículo utilizado na ronda motorizada, quando aprovado pelo IFAP, poderá ser conduzido por vigilante contratado devidamente habilitado;

IV. A área estimada para ronda motorizada é de cerca de 15 hectares, sendo que no momento da contratação serão estabelecidos os cronogramas de ronda e a área real;

V. Informações complementares acerca da ronda motorizada:

- Vigilância Patrimonial Motorizada - As rondas motorizadas são serviços móveis de fiscalização e vigilância, com emprego de veículos automotores, que tem por finalidade cobrir os espaços vazios existentes entre pontos fixos de segurança. São diligências que o vigilante realiza para verificar irregularidades;

- A atividade de vigilância patrimonial se caracteriza pelo emprego de veículos motorizados, carro ou moto (no caso desta contratação, existe a preferência por motocicleta), nas atividades de ronda da vigilância patrimonial. Para pleno atendimento da necessidade da vigilância patrimonial motorizada, o veículo a ser empregado nessa atividade deve ser caracterizado e equipado para tal;

- Por caracterização entende-se a pintura e identificação do veículo de forma que sua presença seja facilmente percebida pelas pessoas presentes nas proximidades como sendo um veículo da segurança patrimonial. O veículo também deve ser equipado com uma estação de rádio que permita contato direto com a central de operações da segurança, quando couber;

A vigilância patrimonial móvel permite a cobertura mais ampla da área a ser vigiada e deslocamentos rápidos em casos de emergências, além de que a presença ostensiva e constante do veículo da segurança tem efeito dissuasivo, servindo como inibidor de ações criminosas;

Atividades da vigilância patrimonial motorizada

- Rondas ostensivas no perímetro e interiores das instalações;
- Paradas em pontos estratégicos - ponto base (de grande circulação de pessoas), efeito psicológico;
- Na cobertura de áreas de risco elevado
- Na cobertura de eventos especiais;
- Averiguações de anormalidades
- Pronta resposta sistema de alarmes;
- Atendimentos emergenciais.

Considerações na vigilância patrimonial motorizada

- O veículo caracterizado (identificado como sendo da segurança patrimonial) é mais visível do que o próprio vigilante que o conduz, portanto, é altamente representativo para imagem da segurança patrimonial, devendo ser conduzido ou estacionado com total observância das regras de trânsito, servindo, em consequência, como exemplo aos demais;

- Para que a viatura apresente aspectos inquestionáveis de que se encontra em serviço de vigilância patrimonial, é necessário que se observe rigorosamente o binômio "baixa velocidade" e "postura/atitude" de observação dos ocupantes;

- O veículo, quando utilizado em rondas, o seu deslocamento deverá ser em velocidade reduzida, para possibilitar a observação do vigilante e proporcionar o efeito da ação presença para a população;

- Ao parar nos pontos bases, a viatura deverá estacionar em local que seja facilmente avistada e de fácil saída para mais de uma direção. Ao estacionar nos pontos bases, o(s) vigilante(s) ocupante(s) deve(m) desembarcar, pois a exibição do vigilante próximo ao veículo aumenta a ação presença. À noite, este procedimento evita que o vigilante seja vencido pelo sono;

- A ronda com veículo, não é um mero deslocamento, para se atingir uma determinada quilometragem num determinado espaço de tempo e sim uma atividade de observação móvel, que busca identificar e analisar situações suspeitas e de criar uma sensação de presença da segurança patrimonial junto a população;

- O veículo da vigilância patrimonial móvel, não deve ser utilizado para transporte de materiais ou produtos, principalmente alimentação, exceto em caso de emergência ou com a devida autorização da chefia;



- O veículo da vigilância patrimonial móvel, na atividade de ronda, não deve dar carona a pessoas que não pertençam a equipe da segurança patrimonial, exceto em caso de emergência ou com a devida autorização da chefia;

Manutenção do veículo da vigilância patrimonial móvel

- A manutenção básica do veículo da vigilância patrimonial móvel é de responsabilidade das equipes da vigilância ostensiva, que na passagem de serviço, devem passar a viatura em plenas condições de uso e conservação;

- O veículo deve ser inspecionado a cada troca de turno, seguindo check-list previsto para tal. As irregularidades devem ser corrigidas e as alterações devem ser registradas em relatório de ocorrência;

- Os condutores do veículo devem estar sempre atentos aos desgastes excessivos ou anormais dos pneus, que quase sempre está relacionado a uso inadequado (arrancadas e freadas bruscas, excesso de velocidades nas curvas, uso impróprio dos freios, etc.);

- Cuidados especiais devem ser dispensados com intuito de se evitar danos a lataria (amassados, arranhões, manchas) e aos bancos (manchas, rasgados, quebra de peças), quando for o caso;

- A correta manutenção e uso do veículo pela vigilância patrimonial, evidencia o grau de profissionalismo e comprometimento dos colaboradores que compõem a equipe da segurança patrimonial.

5.1.2. Quanto a ser serviço continuado:

a) O serviço, objeto desta contratação, é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e Instrução Normativa MP/SEGES n. 5 de 2017, e nas demais normas legais e regulamentos pertinentes, bem como ao disposto neste documento.

5.1.3. Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade:

a) Em observação ao art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE), ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União, bem como ao “Guia Prático de Licitações Sustentáveis” do Ifap, a presente contratação deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

I. Durante a fiscalização da execução dos serviços deverá ser exigido o uso de EPIs, criando mecanismos punitivos para o devido comprometimento das empresas na fiscalização do cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;

II. Também durante a execução dos serviços, Contratante e Contratada deverão promover junto às categorias profissionais o respeito em relação aos impactos ambientais positivos, tais: diminuição de consumo de papel e energia elétrica na Instituição;

III. Adequação e elaboração de procedimentos que possibilitem e otimizem a implementação de compras compartilhadas, o que já é uma realidade na Instituição, inclusive, na instrução desta futura contratação;

IV. Aparelhos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;

V. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

5.1.4. Quanto à duração inicial do contrato:

a) O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.



5.1.5. Quanto a necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

a) Não há necessidade.

5.1.6. Quadro com soluções de mercado:

a) Abaixo encontra-se o quadro com possíveis prestadores de serviços locais que atendem aos requisitos desta contratação:

Nome do Fornecedor	CNPJ
CONAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME	14.533.285/0001-30
J EPIFÂNIO MONTEIRO - ME	04.753.848/0001-42
SERVICELINE COMERCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - ME	00.551.493/0001-58

5.2. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte:

a) 5173-30 – vigilante.

5.3. O licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentar **Declaração** de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

5.4. As obrigações da contratante e da contratada, incluindo deveres específicos e compatíveis com o objeto, encontram-se nos itens 12 e 13 deste termo.

6. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 12:00h e das 14:00 às 18:00h, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto à Reitoria do IFAP;

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

6.2.1. Para a vistoria, o licitante ou seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta;

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. O início da execução dos serviços será a contar da assinatura do contrato, e se dará por meio de ordem de serviço, a ser emitida pela Reitoria, conforme necessidade e demanda das Unidades do ifap;

7.1.2. O detalhamento dos métodos e rotinas de execução do trabalho e das etapas a serem executadas constam no item 5 deste termo;

7.1.3. Os serviços serão prestados nos municípios de Macapá, Oiapoque, Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari, que são as localidades das unidades do Ifap, e deverão ocorrer de segunda-feira a domingo, em jornada de trabalho de 12x36 horas, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, controle de acesso de pessoas,

rondas nas áreas internas e externas e adjacentes, considerando o que está estabelecido em leis ou acordos coletivo, conforme necessidade de cada unidade:

UNIDADE DO IFAP	LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
CAMPUS MACAPÁ	Rodovia BR 210, Km 03, S/N – Bairro Brasil Novo – Macapá/AP, CEP: 68.909-398
CAMPUS SANTANA	Rodovia Duca Serra, s/n – Bairro Paraíso, Santana/AP, CEP: 69.925-000
CAMPUS PORTO GRANDE	Rodovia BR 156, s/n, Bairro: Centro, Porto Grande/AP, CEP: 68.997-000
CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI	Rua Francisco Dutra, s/n – Centro – Pedra Branca do Amapari, CEP: 68.945-000
CAMPUS AVANÇADO OIAPOQUE	Rua Joaquim Caetano da Silva, nº 460 – Bairro Centro, Oiaपोके/AP, CEP: 68.980-000
CAMPUS LARANJAL DO JARI	Rua Nilo Peçanha, 1263 – Bairro Cajari, Laranjal do Jari/AP, CEP: 68.920-000

7.1.4. As rotinas da execução, a frequência e a periodicidade dos serviços constam no item 5 deste termo;

7.1.5. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, no que couber, constam no item 5 deste termo;

7.1.6. Os deveres e disciplina exigidos, além daqueles que constam no item 5 e 12 deste termo, são os seguintes:

I) Os profissionais devem ser educados, higiênicos, dinâmicos, ter iniciativa e agilidade no trabalho a ser executado, atender com presteza às solicitações, ter responsabilidade com as atividades desenvolvidas, agir com discrição e bom senso, expressar-se de maneira clara e objetiva, orientar de maneira precisa, demonstrar capacidade de se antecipar às necessidades dos clientes e evidenciar iniciativa;

II) Os profissionais deverão demonstrar competência laboral com a área do serviço, manter a postura, aplicar os ensinamentos do treinamento/reciclagem quando ministrado pela Contratada, evidenciar atenção, indicar espírito de equipe e paciência, manter o autocontrole, organizar-se, ser prestativo, aceitar ideias, estar atualizado, ser desinibido, demonstrar senso de discrição e responsabilidade;

III) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) ou quando autorizado pela chefia;

IV) Apresentar-se devidamente uniformizado(a), asseado(a), barbeado se masculino, e com unhas aparadas;

V) manter-se com cabelos cortados, no caso masculino, e presos, no caso feminino;

VI) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão;

VII) Zelar pela preservação do patrimônio do IFAP, sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;

VIII) Guardar sigilo de assunto pertinente ao serviço;

IX) Proibir qualquer aglomeração de pessoas no posto, comunicando o fato ao supervisor, em caso de desobediência;

X) Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;

XI) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;

XII) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;

XIII) Levar ao conhecimento do Encarregado/preposto, imediatamente, qualquer informação considerada importante;

XIV) Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;



XV) Não participar, no âmbito da Contratante de grupos de manifestações ou reivindicações evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas;

XVI) Outros aspectos relevantes e necessários ao fiel cumprimento das tarefas, no que couber.

7.1.7. O cronograma de realização dos serviços incluídas todas as atividades significativas e seus respectivos prazos, se houver necessidade, serão estabelecidos entre a Contratada e Contratante após a assinatura do contrato, conforme necessidade de cada unidade da Instituição;

7.1.8. Ressalvados os bens da Contratante destinados à prestação dos serviços, caso ocorra a necessidade de materiais, utensílios ou equipamentos específicos às categorias profissionais, não listados neste termo de referência, mas imprescindíveis para a fiel execução contratual, a Contratada deverá suprir imediatamente, no que concerne ao tipo ou quantidade, no que couber, pela alocação de reserva técnica, constituída para garantir o fornecimento ininterrupto do serviço contratado;

7.1.9. A Ordem de Serviço que será utilizada nas etapas de solicitação, acompanhamento, avaliação e atestação dos serviços, observado o modelo previsto no Anexo V-A da IN n. 05/2017 – SEGES/MP, conterà, no mínimo:

- a) a identificação do pedido;
- b) a identificação da contratada;
- c) a definição e especificação dos serviços a serem realizados;
- d) a quantidade dos serviços;
- e) demais detalhamentos compatíveis com a forma da prestação dos serviços;
- f) o local de realização dos serviços;
- g) os recursos financeiros;
- h) os critérios de avaliação dos serviços a serem realizados;
- i) a identificação dos responsáveis pela solicitação, avaliação e ateste dos serviços realizados, os quais não podem ter nenhum vínculo com a empresa contratada.

7.1.10. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório;

7.1.11. Não haverá possibilidade de as empresas concorrerem em consórcio.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A gestão do contrato será realizada pelo gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica (em cada Campi) e administrativa (na Reitoria), ou por meio de uma fiscalização setorial, conforme o caso;

8.2. A comunicação a ser estabelecida entre o Ifap e a Contratada será por meio eletrônico, observada a velocidade e eficiência da comunicação, salvo outra forma, que por força de legislação específica ou por conveniência da Administração seja necessária;

8.3. A unidade de medida do objeto da presente contratação é posto por ano, contudo, o pagamento à contratada deverá considerar critérios de medição de resultado, efetivamente obtidos e aferidos na execução mensais dos serviços, conforme estabelecido neste documento;

8.4. Salvo outro critério de medição de resultado a ser utilizado pela fiscalização de contrato, os serviços da Contratada poderão ser avaliados por meio dos seguintes indicadores de qualidade: **1 – Qualidade na prestação do serviço contratado; 2 – Garantia da continuidade do serviço contratado; 3 – Aferição do pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários a serem pagos às categorias;**

8.5. A avaliação de cada indicador resulta na atribuição de pontos de qualidade. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade, cuja diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços, observado abaixo:

Indicador	
Nº. 1 – Garantir a qualidade na prestação do serviço contratado	
Finalidade	Garantir que os serviços contratados sejam realizados com a qualidade necessária e adequada, conforme CCT/Dissídio das categorias, legislação trabalhista e normas internas da Instituição.



Meta a cumprir	Pessoal capacitado/qualificado profissionalmente, com conhecimentos básicos dos serviços a serem prestados, com conhecimento das características internas do Órgão, uniformizados e equipados com materiais e equipamentos adequados e em bom estado de funcionamento.
Instrumento de medição	Registro de ocorrência via formulário
Forma de acompanhamento	Inspeção pessoal, pelo servidor/equipe da Contratante, responsável pelo acompanhamento/fiscalização/controle da execução dos serviços
Periodicidade	Diária ou semanal
Mecanismo de Cálculo	Para cada ocorrência registrada relacionada a atuação negativa do profissional, retira-se 1,0 ponto, e a cada ocorrência registrada a falta de uniforme e acessórios, a cargo da contratada, retira-se 1,0 ponto.
Início de Vigência	A partir do prazo de início da prestação do serviço
Faixas de ajustes de pagamento	Averiguação serviço a serviço, em todos os serviços constantes da ordem de serviço: <ul style="list-style-type: none">• 0 até 1,0 ponto retirado – corresponde que 100% do valor da Nota fiscal apresentada será pago;• de 2,0 a 3,0 pontos retirados – corresponde que 95% do valor da Nota fiscal apresentada será pago;• de 4,0 a 5,0 pontos retirados – corresponde que 90% do valor da Nota fiscal apresentada será pago.
Sanções	Conforme item 22 deste termo de referência
Observações	A soma dos resultados negativos (retirada de pontos), se houver, da análise de aferição deste indicador de qualidade será descontado da nota fiscal mensal, sendo portanto, um montante mensal.

Indicador	
Nº. 2 – Garantir a continuidade do serviço contratado	
Finalidade	Garantir que o serviço contratado não será interrompido por ausência de empregado no posto
Meta a cumprir	100% da carga horária do posto, por meio da assiduidade do empregado da contratada
Instrumento de medição	Folha de ponto do empregado
Forma de acompanhamento	Acompanhamento “in loco” pelas equipes de fiscalização de contratos
Periodicidade	Diária ou semanal
Mecanismo de Cálculo	(Nº de horas efetivas no posto/Nº de horas contratada para o posto) x valor contratado para o posto
Início de Vigência	A partir do prazo de início da prestação do serviço
Faixas de ajustes de pagamento	De acordo com o nº de horas efetivas do posto de trabalho, sendo descontada, na fatura mensal, as horas não trabalhadas
Sanções	Conforme item 22 deste termo de referência
Observações	A soma dos resultados negativos (horas não trabalhadas), se houver, da análise de aferição deste indicador de qualidade será descontado da nota fiscal mensal, sendo portanto, um montante mensal.

Indicador	
Nº. 3 – Aferir o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários a serem pagos às categorias	
Finalidade	Considerada a possível responsabilidade subsidiária da Contratante, deverá ser aferido o pagamento pela Contratada de encargos trabalhistas e previdenciários às categorias, conforme prazos e limites estabelecidos em legislação trabalhista.
Meta a cumprir	Pagamento de encargos dentro dos prazos e limites da legislação trabalhista.



Instrumento de medição	Análise dos comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados (os documentos podem ser solicitados à Contratada por amostragem).
Forma de acompanhamento	Análise pelo servidor/equipe da Contratante, responsável pelo acompanhamento/fiscalização/controle da execução dos serviços
Periodicidade	Mensal ou conforme outro prazo conveniente para a fiscalização
Mecanismo de Cálculo	A ausência da documentação ou da comprovação do cumprimento das obrigações ensejará a retenção do pagamento da fatura mensal
Início de Vigência	A partir do prazo de início da prestação do serviço
Faixas de ajustes de pagamento	Retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, até que a situação seja regularizada.
Sanções	Conforme item 22 deste termo de referência
Observações	-

8.6. A verificação do cumprimento ou não do Instrumento de Medição de Resultado - IMR ou instrumento similar será acompanhado pelo Fiscal técnico de cada Unidade Administrativa (aferição operacional do serviço), bem como pelo fiscal administrativo (aferição documental de relação trabalhista, fiscal e previdenciária);

8.7. O não cumprimento das metas previstas no IMR ou instrumento similar gerará um abatimento, nos percentuais previstos sobre o valor total da nota fiscal apresentada pela Contratada, que será glosado pelo Contratante, salvo justificativa fundamentada da fiscalização do Ifap caso aceite as alegações (de caso fortuito ou força maior) da Contratada, devidamente comprovadas, observada a responsabilidade solidária da fiscalização do Ifap por falsos argumentos;

8.8. Os percentuais de abatimentos das notas fiscais poderão ser adotados conforme a previsão dos IMR apresentados neste termo, ou instrumento similar, bem como por meio das multas previstas no item 22 deste termo;

8.9. A empresa deverá ser comunicada para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituído, se for o caso;

8.10. Considerada a avaliação do resultado dos serviços prestados, os critérios de aceite provisório e definitivo a serem realizados pela fiscalização do Ifap encontram-se mencionados no item 17 deste termo;

8.11. A fiscalização do Ifap deverá, durante todo o período de execução contratual, verificar o cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado;

8.12. As definições acerca de garantia contratual estão dispostas no item 21 deste documento, cuja cobertura deverá contemplar o pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários não quitados pela contratada.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os uniformes, acessórios, insumos e equipamentos necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste termo, especificamente no item 11, promovendo sua substituição quando necessário.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A Reitoria formalizará o(s) contrato(s) com a(s) empresa(s) vencedora, e não haverá contrato diretamente com os *Campi* da Instituição;

10.1.2. O modelo de planilha de custo e formação de preços apresentado neste termo foi atualizado conforme os termos da Instrução Normativa n. 05/2017 – SEGES/MP, sendo obrigatória sua observação pelos licitantes;



10.1.3. A licitante deverá observar em seus preços Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Dissídio Coletivo de Trabalho, em vigência no estado do Amapá, e compatível ao serviço que o IFAP pretende contratar, de maneira a estabelecer em sua proposta salário normativo da categoria e outros benefícios, observadas normas internas da própria licitante que não firam os dispostos nas CCT e CLT, mas beneficiem o empregado;

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.1.1. A empresa deverá manter os funcionários devidamente identificados por meio do uso de crachás da empresa e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes novos, completos e materiais dentro dos padrões de eficiência e higiene, de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, bem como substituir os materiais quando vencidos ou apresentarem defeito, não podendo ser repassados os custos aos seus empregados;

11.1.2. A empresa deverá entregar os uniformes ao empregado, no prazo de até 15 (quinze dias), após a assinatura do contrato, no tamanho correspondente, devendo realizar os ajustes, se necessário, sem custo para o empregado;

11.1.3. A empresa deverá, necessariamente, comprovar a entrega dos uniformes, mediante a apresentação, ao fiscal da Contratante, de recibos nominais, em até 5 (cinco) dias a contar da entrega, devidamente assinados pelos beneficiários dos uniformes;

11.1.4. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do Contratante, devendo a Contratada submeter amostra do modelo, cor e qualidade do material de cada peça que compõe o conjunto de uniforme para aprovação, resguardando-se ao Contratante o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados;



11.1.5. Para efeito de verificação de inexecução da proposta, em se tratando de insumos, o Pregoeiro auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá solicitar esclarecimentos complementares ou adotar os seguintes procedimentos:

- Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecução;
- Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos e fabricantes;
- Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- Demais verificações que se fizerem necessárias;

11.1.6. A contratada deverá substituir os uniformes **semestralmente**, ou em prazo inferior, quando não atenderem as condições mínimas de apresentação;

11.1.7. A empresa deverá seguir o padrão estipulado pelo IFAP, em consonância ao disposto na Portaria 3.233/2012 – DG/DPF de 10/12/2012, no que couber, observada demais normas pertinentes, devendo conter as características mínimas no que se refere à quantidade e qualidade, observado os valores estimados, conforme tabelas abaixo:

TABELA I - FARDAMENTO (UNIFORME COMPLETO)

		POSTOS FIXOS E MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 66 FUNCIONÁRIOS				
DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO	UND	(A) QTDE EST. ANUAL	(B) VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ANUAL EST. P/ 66 FUNCIONÁRIOS (A*B)*66		



Calça, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	2	R\$ 118,93	R\$ 15.698,76
Camisa manga curta, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	2	R\$ 66,20	R\$ 8.738,40
Camisa manga longa, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	2	R\$ 71,49	R\$ 9.436,68
Cinto de nylon, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 20,35	R\$ 1.343,10
Sapato, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	2	R\$ 64,83	R\$ 8.557,56
Meia, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	4	R\$ 10,04	R\$ 2.650,56
Quepe com emblema da empresa, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 25,35	R\$ 1.673,10
Jaqueta de frio ou japona, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 103,07	R\$ 6.802,62
Capa de chuva, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 20,68	R\$ 1.364,88
Crachá, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	1	R\$ 12,50	R\$ 825,00

* O valor total anual estimado de fardamento (uniforme completo) para o total de 66 vigilantes é de **R\$ 57.090,66** (cinquenta e sete mil noventa reais e sessenta e seis centavos), cuja pesquisa de preços foi elaborada conforme os termos da IN 03/2017 – SLTI/MP.

TABELA II – COMPLEMENTO DO UNIFORME (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)



POSTOS FIXOS E MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 33 POSTOS



DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO	UND	(A) QTDE EST. ANUAL	(B) VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ANUAL EST. P/ 33 POSTOS (A*B)*33
revólver calibre 38, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 3.466,33	R\$ 114.388,89
cinto com coldre e baleiro, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 94,72	R\$ 3.125,76
munição calibre 38, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 79,04	R\$ 2.608,32
colete balístico, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 362,45	R\$ 11.960,85
distintivo tipo broche, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 28,06	R\$ 925,98
livro de ocorrência, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 11,28	R\$ 372,24
cassetete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 54,15	R\$ 1.786,95
porta cassetete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 22,11	R\$ 729,63
apito com cordão, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 26,45	R\$ 872,85
lanterna 3 pilhas, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 77,08	R\$ 2.543,64
pilhas para lanterna, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 22,50	R\$ 742,50

rádio comunicador profissional até 56km, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	1	R\$ 462,47	R\$ 15.261,51
--	-----	---	------------	---------------

* O valor total anual estimado de complemento do uniforme (materiais e equipamentos) para 33 postos é de **R\$ 155.319,12** (cento e cinquenta e cinco mil trezentos e dezenove reais e doze centavos), cuja pesquisa de preços foi elaborada conforme os termos da IN 03/2017 – SLTI/MP.

TABELA III – VEÍCULO, UTENSÍLIOS E INSUMOS PARA RONDA MOTORIZADA

APENAS POSTOS MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 2 POSTOS				
DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO/INSUMO	UND	(A) QTDE EST. ANUAL	(B) VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO (A*B)
motocicleta, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012**	UND	1	R\$ 9.010,00	R\$ 9.010,00
capacete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	2	R\$ 151,83	R\$ 303,66
luva segurança, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	2	R\$ 52,40	R\$ 104,80
joelheira, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	2	R\$ 52,13	R\$ 104,26
cotoveleira, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	2	R\$ 77,58	R\$ 155,16
Gasolina (abastecimento)***	LITRO	960	R\$ 3,96	R\$ 3.801,60
Manutenção preventiva e corretiva****	SERV.	-	R\$ 500,00	R\$ 500,00



* O valor total anual estimado de veículo, utensílios e insumos de ronda motorizada para 2 postos é de **R\$ 13.979,48** (treze mil novecentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos), cuja pesquisa de preços foi elaborada conforme os termos da IN 03/2017 – SLTI/MP;

** As especificações mínimas da motocicleta são as seguintes: motor tipo OHC, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a ar, cilindrada: 162,7 cc, potência máxima: 14,9 cv a 8.000 rpm, torque máximo: 1,40 kgf.m a 6.000 rpm, transmissão: 5 velocidades, sistema de partida: elétrico, diâmetro x curso: 57,3 x 63,0 mm, relação de compressão: 9,5 : 1. sistema alimentação: injeção eletrônica PGM FI, combustível: gasolina. Sistema elétrico: ignição: eletrônica, bateria: 12V - 4 Ah, farol: 35/ 35W. Capacidade: tanque de combustível: 14,6 litros, óleo do motor: 1,2 litro. Dimensões: comprimento x largura x altura: 1996 x 739 x 1087 mm, distância entre eixos: 1314 mm, distância mínima do solo: 196 mm, altura do assento: 790 mm, peso seco: 115 kg. Suspensão dianteira/curso: garfo telescópico / 135 mm, suspensão traseira/curso: dois amortecedores / 106 mm, freio dianteiro/diâmetro: a tambor / 130 mm, freio traseiro/diâmetro: a tambor / 130 mm, pneu dianteiro: 80/100 -18, pneu traseiro: 90/90 -18;

***Em consulta junto ao site da Agência Nacional de Petróleo – ANS, verificamos que a média de preço da gasolina para o estado do Amapá, no período de 02/02/2020 a 08/02/2020 é de R\$ 3,96. E para o período de 1 ano estima-se o consumo de aproximadamente 960 litros de gasolina para a prestação do serviço, considerando ronda em três turnos em uma área de aproximadamente 15 hectares;

****Realizada pesquisa de mercado, identificou-se que a manutenção preventiva para o modelo de motocicleta com as características mínimas apresentadas acima tem um valor médio estimado anual de R\$ 144,54, para o qual somamos R\$ 355,46 de manutenção corretiva anual, totalizando R\$ 500,00 reais para o serviço de manutenção anual do veículo (preventiva e corretiva), conforme documentos constantes no processo.

11.1.8. Caso seja necessário, outros acessórios e/ou equipamentos poderão ser utilizados no desempenho das atividades, desde que a **Contratante** concorde;

11.1.9. A eventual falta de bem, equipamento ou uniforme, devidamente discriminados nas tabelas acima, deverá ser imediatamente suprida, no que concerne ao tipo ou quantidade, pela alocação de reserva técnica, constituída para garantir o fornecimento ininterrupto do serviço contratado;

11.1.10. Os materiais deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas.



12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, observado o Ac. TCU 1214/2013-Plenário;
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
- 12.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
- 12.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
- 12.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 12.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;
- 12.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;



12.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

12.16. Observar às demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os uniformes e acessórios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração;

13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.9.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.9.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.9.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade



Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.12. Substituir, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.13.1 Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

13.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

13.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

13.15.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente, no que couber;

13.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.20.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições



previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.21. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

13.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, por amostragem, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.23.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

13.23.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

a) O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.27. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.28.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;



- 13.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 13.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- 13.32. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 13.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
- 13.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
- 13.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 13.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência;
- 13.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;
- 13.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, quando couber, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.40. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados;
- 13.40.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
- 13.40.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
- 13.40.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 13.41. Manter matriz, filial ou escritório no Estado do Amapá, no mínimo no município de Macapá, durante toda a vigência do Contrato, com condições adequadas para gerenciar a prestação dos serviços;
- 13.42. A licitante vencedora deverá apresentar, quando solicitado, os seguintes documentos:
- 13.42.1. Autorização para a aquisição e a posse de armas e munições, conforme o estabelecido na Lei nº 7.102, de 20.06.83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24.11.83, Lei 10.826 de 22.12.2003, Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, e alterações, no que couber;
- 13.42.2. Autorização para funcionamento concedida, conforme estabelece o Art. 20 da Lei nº 7.102, de 20.06.83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24.11.83 e Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, e alterações, no que couber;
- 13.42.3. Documento de Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa na atividade objeto desta licitação em plena validade, conforme determina a Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, e alterações;

13.43. Possuir autorização para utilização de frequência de rádio concedida pelo órgão competente ou contrato com prestadora de serviço, quando couber;

13.44. Observar na descrição do objeto, os padrões de sustentabilidade ambiental exigidos e demais exigências relevantes à contratação dispostas no Edital e seus anexos.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto;

16.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização da presente contratação compete ao **gestor da execução do contrato**, o qual será auxiliado pela **fiscalização técnica** e pela **fiscalização administrativa**, de acordo com as seguintes disposições:

16.3.1. **Gestão da Execução do Contrato (designar pelo menos um gestor de execução de contrato no órgão gerenciador – na Reitoria):** é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

16.3.2. **Fiscalização Técnica (designar pelo menos um fiscal técnico em cada Campi):** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

16.3.3. **Fiscalização Administrativa (designar pelo menos um fiscal administrativo no órgão gerenciador – na Reitoria, o qual será o responsável pela análise documental de todos os funcionários do contrato, independente do Campi):** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

16.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores ou equipe de fiscalização, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão



do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

16.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado;

16.6. Na **fiscalização administrativa** do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.6.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a Contratada deverá apresentar a seguinte documentação ao fiscal administrativo:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
- c) exames médicos admissionais dos empregados da Contratada que prestarão os serviços; e
- d) declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.6.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, ao fiscal administrativo, dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.6.3. entrega ao fiscal administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Contratante;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador Contratante;
- c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.6.4. entrega, ao fiscal administrativo, de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.



16.7. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada no subitem 16.6.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente;

16.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações;

16.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.6 acima deverão ser apresentados;

16.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB);

16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho;

16.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

16.13. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção;

16.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.14.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela Contratada e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a Contratada;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a documentação do subitem 16.6.1.

16.14.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993;

16.14.3. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;



b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada;

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a Contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.15.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.16. A Contratante deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.16.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.17. A **fiscalização por meio do fiscal técnico de cada Campi** avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no item 8 deste termo, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

16.17.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

16.17.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.18. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.19. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

16.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

16.22. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

16.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

16.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

16.25. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

16.26. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

16.27. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada,



respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.28. A conformidade do material (uniforme e acessórios) a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso, no que couber;

16.29. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.30. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

16.31. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada;

16.31.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;

16.31.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas;

16.31.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.32. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias;

16.33. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação;

16.34. A fiscalização de que trata este Termo de Referência não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo;

17.2. No prazo de **até 5 dias corridos** do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual à Reitoria (órgão gerenciador);

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e pelo fiscal administrativo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, **o fiscal técnico** do contrato, observado o disposto no item 16 deste termo, apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos



serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2. A Contratada, quando couber, fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

17.3.3. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o **fiscal administrativo** deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017 e no item 16 deste termo, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.4. No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal (técnico e administrativo) deverá elaborar o Relatório Circunstanciado citado nos subitens acima, em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato, para fins de recebimento definitivo. Considerando as distâncias entre os *Campi* e a Reitoria, o relatório dos fiscais técnicos de cada Campi poderão, devidamente assinados, ser encaminhados por meio de e-mail institucional.

a) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

b) Na hipótese de a verificação a que se refere a alínea anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de **até 10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. **Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura**, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor;

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias para pagamento, conforme disposto no artigo 40, XIV, "a", da Lei 8.666, de 1993; contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência;

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. o período de prestação dos serviços;

18.4.5. o valor a pagar; e

18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1. não produziu os resultados acordados;

18.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

18.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

18.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

18.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;



18.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

18.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber;

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

18.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual;

18.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo;

18.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987;

18.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18.19. O pagamento referente ao reembolso de diárias, nos termos do disposto na alínea “I” do subitem 5.1.1 deste termo, ocorrerá nos mesmos prazos e critérios estabelecidos neste item 18, com exceção da impossibilidade de incidência de qualquer imposto ou desconto, uma vez que trata-se de nota de débito, cujo valor deva ser líquido e certo.

19. DA CONTA DEPÓSITO VINCULADA

19.1. Nos termos do art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, será adotado o critério de pagamento por meio da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 por tratar-se de uma sistemática que já encontra-se difundida e implementada por diversos órgãos e entidades, inclusive no Ifap. E nos termos do §2º do Art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, a adoção de controle de pagamento por meio da conta vinculada em detrimento ao fato gerador justifica-se com base na avaliação da relação custo-benefício, conforme abaixo:



19.1.1. A Conta Vinculada – Bloqueada para Movimentação e o Pagamento pelo Fato Gerador mostram-se como alternativas úteis para resguardar o erário, cabendo a cada órgão/entidade contratante optar por uma das duas alternativas, adotando aquela que lhe parecer mais possível;

19.1.2. Tais metodologias se distinguem pelo fato de que no pagamento pelo Fato Gerador ocorre a autorização dos pagamentos destinados às férias, 13º salário, ausências legais e verbas rescisórias na medida da ocorrência do fato gerador; enquanto que na Conta Vinculada ocorre a liberação de valores provisionados pela contratante, em conta vinculada, aberta em nome da contratada, para pagamento das férias, 13º salário e verbas rescisórias. Sendo que essas metodologias trouxeram para a administração pública um encargo para o qual, na maioria das vezes, ela, através dos fiscais de contratos de terceirização, não está preparada para exercer;

19.1.3. Diante disso, o Ifap, atualmente, já possui procedimentos consolidados para se utilizar do controle por meio da conta vinculada, sendo que o pagamento pelo fato gerador deverá ainda ser devidamente estudado e analisado pela administração para sua possível implantação, considerados os diversos aspectos de estrutura, fluxos e pessoas;

19.1.4. Com a conta vinculada, a contratada não pode movimentá-la, a não ser com expressa autorização da administração. Os recursos ficam, então, na prática, “guardados”, com a garantia de que, no momento em que se tornarem necessários, eles existem e poderão ser utilizados exclusivamente com essa finalidade. A contratada notificará a administração sobre a necessidade de utilização dos recursos depositados na conta, apresentando a documentação hábil a comprovar essa necessidade. Após a devida conferência, a administração autoriza a movimentação, a contratada faz a quitação de suas obrigações e apresenta os comprovantes. Não existirá mais, assim, o risco da contratada receber o valor, utilizá-lo indevidamente e, no momento da quitação de suas obrigações para as quais esses valores se destinavam, comunicar à administração não ter recursos para isso.

19.2. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência;

19.3. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.3.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.4. A Contratada autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma;

19.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

19.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

19.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e



19.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.5.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.6. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica;

19.7. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços;

19.8. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados;

19.9. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.9.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa;

19.9.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos;

19.9.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.10. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017;

20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

20.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;



20.3.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constantes do Edital.

20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada;

20.5. O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação;

20.6. Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação;

20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação;

20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho;

20.11. A Contratante não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;

20.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.13. Quando a repactuação solicitada pela Contratada se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação de índice específico, setorial ou geral, de reajustamento, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$



R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

20.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo;

20.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

20.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo;

20.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

20.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos;

20.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos;

20.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato;

20.19. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;



21.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

21.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

21.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017;

21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;

21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.;

21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada;

21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

21.12. Será considerada extinta a garantia:

21.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

21.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.



21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

21.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5. cometer fraude fiscal.

22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

22.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2. **Multa de:**

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;

f) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;



22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

a) A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência.

22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, conforme o caso, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos	03



	nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;

22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil;

22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;

23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital;

23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

23.3.1. Para comprovação da Qualificação Técnico-Operacional são necessários os seguintes documentos:

23.3.2. 01 (um) atestado (declaração), no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da LICITANTE, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a mesma gerencia ou gerenciou serviços de natureza similar;

23.3.3. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da LICITANTE, especificadas no Contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

23.3.4. O atestado (declaração) deverá comprovar que a LICITANTE gerencia serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

23.3.5. Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos será aceito o somatório de atestados (declarações), sendo que os mesmos deverão contemplar execuções em períodos distintos (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

23.3.6. A fim de comprovar os requisitos acima, a CONTRATADA, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o(s) atestado(s) (declarações), cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes;

23.3.7. Todos os documentos de habilitação encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ;

23.3.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz;

23.3.9. Demais critérios de qualificação deverão ser observados no item 5 deste termo.

23.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ 5.196.098,40 (cinco milhões cento e noventa seis mil noventa e oito reais e quarenta centavos);

23.5. O critério de julgamento da proposta é o Menor Preço Global.

23.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

24.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 5.196.098,40 (cinco milhões cento e noventa seis mil noventa e oito reais e quarenta centavos).

25. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1. A dotação orçamentária será de acordo com a Unidade Gestora da(s) respectiva(s) Unidade(s) Demandante(s) que emitirá as Notas de Empenho, conforme quadros abaixo:

UNIDADE GESTORA		UASG	
REITORIA		158150	
PROGRAMA DE TRABALHO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA
108908	0112	33.90.37	02

26. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

26.1. Da Ata de Registro de Preços:

26.1.1. A vigência da Ata de Registro de Preços, proveniente desta contratação não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último;



26.1.2. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, o IFAP não será obrigado a fazer a contratação dos serviços com a empresa assinante da ata, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

26.2. Do Contrato:

26.2.1. Será formalizado um único contrato contemplando as demandas de todos os *Campi* do Ifap, conforme informações abaixo:

UNIDADE DEMANDANTE	UASG	CNPJ
REITORIA (ÓRGÃO GERENCIADOR)	158150	010.820.882/0001-95

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes apêndices:

- APÊNDICE A – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- APÊNDICE B – MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, NOS TERMOS DA IN N. 05/2017 – SEGES/MP
- APÊNDICE C – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA FINS DE PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS
- APÊNDICE D – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS
- APÊNDICE E – MODELO DOCUMENTO PARA INDICAÇÃO DE PREPOSTO DA CONTRATADA
- APÊNDICE F – PLANO DE ESTUDOS PRELIMINARES
- ANEXOS: DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO 0000288-37.2019.5.08.0000

RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA	APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA
 SABRINA GAMA DOS SANTOS DEPLAN Portaria nº 1.086/2019/GR/IFAP	 () Aprovo e autorizo o processo de licitação () Não aprovo MARIALVA DO SOCORRO RAMALHO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA Reitora do IFAP



APÊNDICE A
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Nº do Processo:

Pregão Eletrônico:

Razão Social: _____

Inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____ apresenta sua proposta de preços para o Pregão acima referenciado, conforme valores e dados abaixo, apurados por meio de Planilhas de Custo e Formação de Preços.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	C A T E G O R I A	UNID MEDIDA	(A) QTDE ANUAL	(B) VALOR UNITÁRIO POSTO	(C) VALOR ANUAL POR POSTO (B*12)	(D) VALOR ANUAL PARA TODOS OS POSTOS (A*C)
CAMPUS MACAPÁ								
1	1	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	4		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	4		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GRUPO 1								R\$ 0,00
CAMPUS OIAPOQUE								
2	3	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	2		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	4	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	2		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GRUPO 2								R\$ 0,00
CAMPUS SANTANA								
3	5	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	6	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GRUPO 3								R\$ 0,00
CAMPUS PORTO GRANDE E CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI								
4	7	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Sendo 02 postos para o Campus Porto Grande e 01 posto para o Centro de Referência.	24015	POSTO/ANO	3		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	8	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Sendo 03 postos para o Campus Porto Grande e 01 posto para o Centro de Referência.	24015	POSTO/ANO	4		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	9	Vigilância diurna motorizada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	24015	POSTO/ANO	1		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	10	Vigilância noturna motorizada - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	24015	POSTO/ANO	1		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GRUPO 4								R\$ 0,00
CAMPUS LARANJAL DO JARI								



5	11	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	12	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GRUPO 5								R\$ 0,00
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL DA CONTRATAÇÃO								R\$ 0,00

Declaro-me ciente de que:

- a) O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias (mínimo).
- b) Declaro, ainda, estarem inclusos nos preços da proposta todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da presente licitação.

Local e data

Assinatura e carimbo

Observação: emitir em papel que identifique a entidade expedidora

APÊNDICE B

MODELO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, NOS TERMOS DA IN N. 05/2017 – SEGES/MP

Nº-Processo: _____
Licitação Nº: _____/_____

Dia ____/____/____ às ____:____ horas

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano):	
B	Município/UF:	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
D	Nº-de meses de execução contratual:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota 1: Esta tabela refere-se a um modelo de planilha disponível na IN. 05/2017 e poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Atenção: Conforme item 19 deste Termo de Referência, nos termos do art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, será adotado o critério de pagamento por meio da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017. Assim, no que couber, a planilha deve ser adaptada a esses percentuais.

Atenção: Devem ser observadas as adequações da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.

1. MÓDULOS

Mão de obra

Mão de obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes a mão de obra	
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
3	Salário Normativo da Categoria Profissional
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)
5	Data-Base da categoria (dia/mês/ano)

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado.

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.

MÓDULO 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	
B	Férias e Adicional de Férias	



Total

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

*** Férias e Adicional de férias (1/3 Constitucional):** Conforme item 19 deste Termo de Referência, nos termos do art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, será adotado o critério de pagamento por meio da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017. Assim, o percentual a ser adotado para o item "B" é de: 12,10%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	
B	Salário Educação	2,50%	
C	SAT		
D	SESC ou SESI	1,50%	
E	SENAI - SENAC	1,00%	
F	SEBRAE	0,60%	
G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave. **E deverá ser comprovado o valor do FAP com cópia da última GFIP.**

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	
C	Assistência médica e familiar	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho, **como Dia Nacional do Vigilante e Seguros** e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

3	Provisão para Rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	
Total		

Devem ser observadas as adequações da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	
Total		

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação	
Total		

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intra jornada	
Total		

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Nota: Valores mensais por empregado.

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C.1. Tributos Federais (especificar)		
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		
Total			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor total por empregado		



3. QUADRO-RESUMO DO VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
N	Serviço N (indicar)	R\$		R\$		R\$
Valor Mensal dos Serviços (I + II + N)						

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
	DESCRIÇÃO	Valor (R\$)
A	Valor proposto por unidade de medida *	
B	Valor mensal do serviço	
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado pelo número de meses do contrato).	

Nota: Informar o valor da unidade de medida por tipo de serviço.

APÊNDICE C

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA FINS DE PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

FONTE: Dissídio Coletivo de trabalho 0000288-37.2019.5.08.0000 e IN n. 05/2017 – SEGES/MP

Consoante a IN n. 05/2017 – SEGES/MP:

“[...]”

Art. 6º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

Atenção: Conforme item 19 deste Termo de Referência, nos termos do art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, será adotado o critério de pagamento por meio da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017. Assim, no que couber, a planilha deve ser adaptada a esses percentuais.

1. MÓDULOS

Módulo 1 - Composição da Remuneração (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

- * A remuneração é definida no art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho. É composta por Salário-base, Adicionais (noturno, de insalubridade ou periculosidade) e gratificações, quando houver;
- * O Salário-base vem definido na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria profissional a ser contratada para o objeto da prestação de serviço;
- * O contratante deverá observar se a CCT/Dissídio Coletivo abrange o município de prestação de serviço e se está vigente;
- * O licitante deverá informar salário-base conforme Convenção Coletiva de Trabalho/Dissídio Coletivo vigente para a categoria e no município de prestação do serviço;
- * Gratificação de função, quando houver, virá informada na Convenção Coletiva de Trabalho/Dissídio Coletivo da categoria profissional a ser contratada;
- * As horas extras serão remuneradas com adicionais de 50% (cinquenta por cento) a incidir sobre o valor da hora normal e calculadas mediante a aplicação do divisor 220 (duzentos e vinte).
- * O pagamento da hora intervalar será efetivado de acordo com o que preceitua o art. 71 § 4º da CLT, com reflexos sobre férias, 13º salário, descanso semanal remunerado - DSR, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e adicional noturno.
- * O Adicional Noturno e a Hora Noturna Reduzida, conforme art. 73 da CLT, serão pagos entre 22h e 5h do dia seguinte, sem prorrogação quando da jornada 12x36h;
- * Considera hora noturna de 22h às 5h do dia seguinte, portanto 7 horas noturnas de uma jornada de 12h;
- * O trabalho em horário noturno será remunerado com adicional de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor da hora diurna, utilizado o divisor 220 (duzentos e vinte), e com reflexos sobre férias, 13º salário, DSR e FGTS;
- * Para todos os efeitos legais, para cada hora (60 minutos) noturna trabalhada a partir das 22h00m até às 05h00, será computado como hora noturna reduzida, consequentemente, será devido o pagamento de hora extra ou fração;
- * O pagamento de horas extras será acrescido do descanso semanal remunerado calculado à base de 1/6 sobre as horas extras.
- * A título de pagamento adicional computa-se o pagamento de 7min e 30 s a cada hora noturna, por 7 horas, totalizando 52min e 30 s, que significa 1 hora da jornada de 12h;
- * Por tratar-se de hora considerada a mais, calcula-se pagamento de 100% da hora, acrescida do respectivo adicional noturno;
- * Considerando a Lei nº 12.740 de 08.12.2012, bem como a Portaria nº 1.885/2013 de 02.12.2013, publicada no DOU do dia 03.12.2013, onde o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou o Anexo 3 que regulamenta as “atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial - da Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e operações perigosas.”, ficam as empresas obrigadas a pagar **30% (trinta por cento) de adicional de periculosidade** sobre os pisos salariais das categorias, no que couber;
- * Observar o caso de previsão de outros adicionais em Convenção Coletiva de Trabalho/Dissídio Coletivo para a categoria.

MÓDULO 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

* 13º salário: Por tratar-se de planilha mensal será contabilizado 1/12 avos do custo;

* Férias:

Observações importantes:



1ª - Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a referida rubrica tem como principal objetivo suprir a necessidade no final do contrato de 12 meses o pagamento ao direito às férias remuneradas, na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se objeto de custo não renovável;

2ª - Deve ser ponderado pelo gestor no momento da composição de custos, a necessidade ou não da inclusão dessa rubrica, observada nesses casos sempre a duração do contrato. Caso seja firmado contrato com duração superior a 12 meses, sugere-se a exclusão dessa rubrica.

*** Férias e Adicional de férias (1/3 Constitucional):** Conforme item 19 deste Termo de Referência, nos termos do art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, será adotado o critério de pagamento por meio da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017. Assim, o percentual a ser adotado é de: 12,10%

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

* Previsto no art. 195 da Constituição Federal;

* Os percentuais deverão observar o enquadramento real das empresas prestadoras de serviço, em especial no que diz respeito ao SAT-GIIL/RAT;

* O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave; **E deverá ser comprovado o valor do FAP com cópia da última GFIP.**

* GPS: Corresponde ao somatório dos encargos para financiamento da seguridade social;

* FGTS: Alíquota mensal de depósito a título de FGTS, conforme Lei nº 8.036, de 1990.

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

* O cálculo de benefícios mensais e diários dependerá das disposições constantes em Convenção Coletiva de Trabalho/Dissídio Coletivo sobre os direitos negociados aos trabalhadores, observando sempre o custo efetivo a ser suportado pela Administração no contrato de prestação de serviços (descontados os valores arcados pelos empregados);

* Vale-transporte: Valor da tarifa de transporte público praticada no município de prestação do serviço;

* Desconto do vale-transporte: O desconto poderá ser proporcional, conforme disposto no art. 10 do Decreto nº 95.247, de 1987;

* O órgão contatante deverá apreciar o comportamento das empresas prestadoras de serviço e ajustar, conforme necessidade;

* Vale-refeição: Conforme estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho/Dissídio Coletivo;

* Desconto do vale-refeição: Observar Convenção Coletiva/Dissídio Coletivo sobre base de cálculo, habitualmente o desconto é sobre o valor do benefício concedido.

* Verificar a remuneração em dobro para o trabalho realizado nos feriados, independentemente da percepção do salário mensal, vedada a compensação;

*** Verificar para todos os integrantes da categoria profissional, seguro de vida, nos termos da lei 7.102/83 e da RESOLUÇÃO 005/84 do CNSP;**

* Observar o caso de previsão de outros benefícios em Convenção Coletiva de Trabalho/Dissídio Coletivo para a categoria.

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

* Este módulo destina-se a calcular o custo de possível desligamento de um empregado vinculado ao contrato de prestação de serviços;

* Na metodologia Seges/MP calcula-se uma probabilidade de ocorrência, por tipos de desligamentos, como fator de ponderação do custo total;

* Quando ocorrer a demissão de um trabalhador e a empresa não conceder prazo de aviso prévio, o trabalhador terá direito a receber o salário referente ao mês completo, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT;

* A metodologia utilizada pela Seges/MP computa todos os direitos do trabalhador, aplicando a proporcionalidade estimada de ocorrência de aviso prévio indenizado, realizando provisionamento mensal do custo. E o Ifap se utilizará da mesma metodologia;

* Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não;

* Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506, de 2011 e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais;

* Quando ocorrer a demissão de um trabalhador com aviso prévio, o trabalhador cumprirá os dias em atividade, e terá direito a receber o salário referente ao mês completo, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT;

* A metodologia utilizada pela Seges/MP computa todos os direitos do trabalhador, aplicando a proporcionalidade estimada de ocorrência de aviso prévio trabalhado, realizando provisionamento mensal do custo. E o Ifap se utilizará da mesma metodologia;

* Estes custos deverão ser apreciados atentamente nos casos de prorrogação contratual para verificar a necessidade de sua renovação ou não;



* Deverão, ainda, ser observados os ditames da Lei nº 12.506, de 2011, e seus impactos no custo quando das prorrogações contratuais;

* Na hipótese de demissão por justa causa o empregado perde o direito ao pagamento de 13º salário, férias e adicional de férias, como previsto no parágrafo único do art. 146 da CLT;

* Para estes casos, na metodologia Seges/MP, haverá o desconto dos valores que, por tratar-se de provisão mensal, deverão ser reduzidos da fatura da empresa contratada. E o Ifap se utilizará da mesma metodologia;

* Igualmente, o cômputo de custos com demissão por justa causa considera a probabilidade de ocorrência desta para provisionamento.

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

* O Custo de reposição do profissional ausente refere-se ao custo necessário para substituir, no posto de trabalho, o profissional residente quando estiver em gozo de férias ou no caso de um das ausências legais previstas no art 473 da Consolidação das Leis do Trabalho;

* Na metodologia Seges/MP utiliza-se uma probabilidade de ocorrência, mediante estatísticas da Relação Anual de Informações Sociais-2016 (RAIS/MTE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-2016 (PNAD/IBGE), do Registro Civil (IBGE)-2016;

* São computados, então, a probabilidade de dias de ausência para cobertura, conforme escala de trabalho mensal;

* Na jornada 44h computa-se somente a reposição nos dias úteis, portanto, 69,04% da ausência total;

* O Submódulo 4.1 destina-se ao cálculo do custo estimado para a reposição de ausências legais do empregado residente;

* Na metodologia Seges/MP computa-se o custo total de um empregado, com direito à remuneração, 13º salário, férias, encargos e benefícios, bem como probabilidade de rescisão, para a base de cálculo do presente submódulo que, em seguida, servirá para estipular o custo diário de um profissional para a contratação. E o Ifap se utilizará da mesma metodologia;

* Com base neste custo diário estima-se o custo mensal com reposição de profissional ausente.

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)

* O submódulo 4.2 destina-se a calcular o custo de um repositor para cobertura do tempo de concessão do intervalo para repouso e alimentação, previsto no art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao empregado residente;

* Na metodologia Seges/MP, calcula-se o custo da hora de trabalho e multiplica-se pela necessidade de horas de cobertura no mês. E o Ifap se utilizará da mesma metodologia, quando couber;

* Por tratar-se de condição excepcional, dependerá de decisão do órgão contratante, bem como de disposições constantes da Convenção Coletiva quanto ao tempo de intervalo e ao adicional para pagamento;

* Não se computa custo de reposição intrajornada para supervisores por considerar que estes não realizam a cobertura de posto de trabalho e poderiam se ausentar durante o tempo previsto em lei, definição que também deverá ser objeto de apreciação pelos órgãos contratantes.

Módulo 5 - Insumos Diversos

* Todos os itens relacionados a insumos deverão ser objeto de pesquisa de preços conforme diretrizes da Instrução Normativa específica (IN nº 3, de 20 de abril de 2017).

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

* O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.



APÊNDICE D
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____ que possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Valor total do contrato

Valor total dos Contratos _____

Local e data

Assinatura e carimbo

Observação: emitir em papel que identifique a entidade expedidora

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos *

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

(Valor da Receita Bruta - Valor total dos Contratos) x 100 =

Valor da Receita Bruta



APÊNDICE E

MODELO DOCUMENTO PARA INDICAÇÃO DE PREPOSTO DA CONTRATADA

Por intermédio do presente instrumento, a empresa (.....), inscrita no CNPJ nº (.....), com Sede na Cidade de Xxxxxx/XX, neste ato representada pelo Senhor (.....), portador da Cédula de Identidade nº (.....), e do CPF nº (.....), vem perante ao Instituto Federal do Amapá, em atendimento ao item (...) da Cláusula (....) do Contrato nº (xxx/2020-IFAP), indicar preposto para representar esta empresa nos assuntos atinentes ao presente instrumento contratual.

Contrato nº: xxx/2020-IFAP
Objeto: Prestação dos serviços de ...
Preposto da empresa:
C.P.F:
Cargo: Supervisor
Telefones: (xx) xxxx.xxxx e/ou (xx) xxxx.xxxx
E-mail: xxxxx@xxxx.com.br

Macapá/AP, (.....) de (.....) de 2020.

.....
(Representante da empresa que indicou o preposto)
(Nome da Empresa)

Diante do exposto e em cumprimento ao item (.....) da Cláusula (.....) do Contrato nº (**xxx/2020-IFAP**), fica **ACEITO** o Senhor (.....) como preposto da empresa (.....), devendo este, sempre que necessário, estar a disposição do Instituto Federal do Amapá, para a resolução das questões referentes ao presente instrumento contratual.

Macapá/AP, (.....) de (.....) de 2020.

.....
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ



APÊNDICE F

PLANO DE ESTUDO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA,
FIXA E MOTORIZADA, DIURNA E NOTURNA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA REITORIA



Introdução

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que servirá essencialmente para assegurar a viabilidade técnica e embasar o Termo de Referência da contratação de serviço continuado de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, em atendimento às demandas da Reitoria, sendo que as demandas da contratação serão destinadas à execução do serviço nas sedes dos *Campi* do Ifap, tais: Macapá, Avançado Oiapoque, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, e Campus Laranjal do Jari.

O conteúdo deste documento está embasado nas exigências constantes no art. 24 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 – MP/SEGES.

Em conformidade com a lei o presente serviço é comum. Consideram-se serviços comuns, para os fins e efeitos desta contratação, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, admitindo-se pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas.

Equipe de Planejamento da Contratação

Integram a Equipe de Planejamento da Contratação, responsável pela elaboração deste Plano de Estudo Preliminar e pelo Gerenciamento dos Riscos da Contratação, nomeados pela Portaria nº 362/2020/GAB/RE/IFAP, os servidores abaixo listados:

1. Elizabeth Ribeiro da Rocha
2. Lorenzo Monteiro Anaisse
3. Marco Johnny de Oliveira Nascimento
4. Sabrina Gama dos Santos

1. Identificação da necessidade da Contratação (art. 24, § 1º, I, e anexo III da IN 05/2017)

1.1. A Lei n. 9.632, de 07/05/98, extinguiu vários cargos vagos, integrantes da estrutura dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como os cargos ocupados quando ocorrer a sua vacância;

1.2. O Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018 dispõe em seu art. 3º:

“Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I – que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II – que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III – que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV – que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.”



1.3. A Portaria n. 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

“(…)

XXI – segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;

(…)

Parágrafo único. Outras atividades que não estejam contempladas na presente lista poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto n. 9.507, de 2018.”

1.4. Tendo em vista que nos quadros atuais da Administração Pública inexistem servidores com habilitação nos serviços de vigilância armada, e considerando ainda que estas atividades se relacionam ao apoio logístico para o atendimento ao público interno e externo, não caracterizando assim a função principal da Instituição, a alternativa da terceirização vem-se traduzindo em otimização desses serviços;

1.5. Atualmente, verifica-se uma tendência da Administração Pública em reconhecer a importância da realização dessas atividades por empresas especializadas, pois, com isso, desincumbem servidores e dirigentes do IFAP de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio de prestação de serviços terceirizados;

1.6. Esta contratação é para atendimento às demandas dos *Campi* do IFAP, quais sejam: Macapá, Avançado Oiapoque, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari e Campus Laranjal do Jari;

1.7. Os serviços a serem prestados compreendem atividades de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, de forma continuada, com fornecimento de uniformes (fardamento completo), complemento do uniforme (equipamentos e utensílios ostensivos e de segurança), veículo (motocicleta) e equipamentos próprios para os postos motorizados, e demais materiais necessários para as categorias fixadas pela Administração, cuja mão de obra atenda aos requisitos mínimos de qualificação profissional e capacitação para o desempenho das atribuições concernentes às suas funções, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/Dissídio Coletivo de Trabalho, e legislação pertinente;

1.8. Para alcance do quantitativo estimado de serviços foi considerada a análise da contratação anterior, sendo que no último processo de contratação foram registrados 40 postos 12x36 (totalizando 80 vigilantes). A contratação efetiva atual vigente não contemplou todo o quantitativo registrado, e portanto, considerando a readequação interna da Instituição, bem como o enxugamento de algumas atividades, a contratação pretendida é de 33 postos (totalizando 66 vigilantes);

1.9. Considera-se que o referido serviço seja de natureza continuada, nos termos do inc. II do art. 57 da Lei n.º 8.666/1993;

1.10. O regime de execução será o de Empreitada por Preço Global;

1.11. O objeto da contratação terá 5 grupos de disputa. Cada grupo conterá as categorias conforme a necessidade das Unidades do Ifap. Ressalva-se que as demandas do Campus Porto Grande e Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari serão unidas, uma vez que o referido Centro de Referência é anexo do Campus Porto;

1.12. A opção do certame licitatório por grupo deve-se ao fato da necessidade de padronização do presente serviço nas Unidades do IFAP, visto que a não classificação dessa forma poderá implicar um grau de complexidade desnecessário para a Administração, pois a contratação de várias empresas para cada categoria dificultaria o gerenciamento e fiscalização pelos demandantes, também teríamos funcionários com identificações e culturas empresariais diversas, o que, com certeza, causaria um caos na Instituição. Além disso, os itens foram agrupados por serem de natureza semelhante, sabendo que o agrupamento é técnica e economicamente viável (Art. 8º do 7.892/2013). É importante mencionar ainda que o parcelamento do objeto no tocante a estes serviços geraria inviabilidade administrativa e possivelmente provocaria a perda de economia de escala;

1.13. Para efeito de julgamento, o critério deverá ser Menor Preço por Grupo;



1.14. Deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preço – SRP, considerando a(s) hipótese(s) prevista(s) nos incisos I, II e III do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, bem como algumas vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação somente quando houver necessidade, ou seja, os órgãos participantes realizam um planejamento para o período de vigência determinado; proporciona a redução de número de licitações; as contratações ficarão mais ágeis, pois a licitação já estará realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços, respectivos fornecedores e condições já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos;

1.15. Em observação ao art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE), ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União, bem como ao “Guia Prático de Licitações Sustentáveis” do Ifap, a presente contratação deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

1.15.1. Durante a fiscalização da execução dos serviços deverá ser exigido o uso de EPIs, criando mecanismos punitivos para o devido comprometimento das empresas na fiscalização do cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;

1.15.2. Também durante a execução dos serviços, Contratante e Contratada deverão promover junto às categorias profissionais o respeito em relação aos impactos ambientais positivos, tais: diminuição de consumo de papel e energia elétrica na Instituição;

1.15.3. Adequação e elaboração de procedimentos que possibilitem e otimizem a implementação de compras compartilhadas, o que já é uma realidade na Instituição, inclusive, na instrução desta futura contratação;

1.15.4. Aparelhos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;

1.15.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

1.16. Nos termos do art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, será adotado o critério de pagamento por meio da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 por tratar-se de uma sistemática que já encontra-se difundida e implementada por diversos órgãos e entidades, inclusive no Ifap. E nos termos do §2º do Art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, a adoção de controle de pagamento por meio da conta vinculada em detrimento ao fato gerador justifica-se com base na avaliação da relação custo-benefício, conforme abaixo:

1.16.1. A Conta Vinculada – Bloqueada para Movimentação e o Pagamento pelo Fato Gerador mostram-se como alternativas úteis para resguardar o erário, cabendo a cada órgão/entidade contratante optar por uma das duas alternativas, adotando aquela que lhe parecer mais possível;

1.16.2. Tais metodologias se distinguem pelo fato de que no pagamento pelo Fato Gerador ocorre a autorização dos pagamentos destinados às férias, 13º salário, ausências legais e verbas rescisórias na medida da ocorrência do fato gerador; enquanto que na Conta Vinculada ocorre a liberação de valores provisionados pela contratante, em conta vinculada, aberta em nome da contratada, para pagamento das férias, 13º salário e verbas rescisórias. Sendo que essas metodologias trouxeram para a administração pública um encargo para o qual, na maioria das vezes, ela, através dos fiscais de contratos de terceirização, não está preparada para exercer;

1.16.3. Diante disso, o Ifap, atualmente, já possui procedimentos consolidados para se utilizar do controle por meio da conta vinculada, sendo que o pagamento pelo fato gerador deverá ainda ser devidamente estudado e analisado pela administração para sua possível implantação, considerados os diversos aspectos de estrutura, fluxos e pessoas;



1.16.4. Com a conta vinculada, a contratada não pode movimentá-la, a não ser com expressa autorização da administração. Os recursos ficam, então, na prática, “guardados”, com a garantia de que, no momento em que se tornarem necessários, eles existem e poderão ser utilizados exclusivamente com essa finalidade. A contratada notificará a administração sobre a necessidade de utilização dos recursos depositados na conta, apresentando a documentação hábil a comprovar essa necessidade. Após a devida conferência, a administração autoriza a movimentação, a contratada faz a quitação de suas obrigações e apresenta os comprovantes. Não existirá mais, assim, o risco da contratada receber o valor, utilizá-lo indevidamente e, no momento da quitação de suas obrigações para as quais esses valores se destinavam, comunicar à administração não ter recursos para isso.

2. Referência aos instrumentos de planejamento do órgão, se houver (art. 24, § 1º, II, e Anexo III da IN 05/2017)

2.1. A contratação do serviço proposto encontra amparo no Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) do Ifap, no âmbito do Perfil Estratégico, item 2.5 Metas, ações e indicadores, quadro 14: Metas, ações e Indicadores da Dimensão Sustentabilidade Financeira, por meio das ações conforme abaixo:

- *Manter apoio administrativo para manutenção limpeza, iluminação e segurança;*
- *Adequar quadro de pessoal terceirizado quanto ao número de servidores e diversidade de funções.*

3. Requisitos da contratação (art. 24, § 1º, III, e anexo III da IN 05/2017)

3.1. O serviço, objeto desta contratação, é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 8.666/93 e Instrução Normativa MP/SEGES n. 5 de 2017, aos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, às Normas Regulamentadoras 16 e 17 do MTE, Convenção Coletiva de Trabalho – CCT ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observada legislação trabalhista específica e demais normas pertinentes, bem como ao disposto neste documento;

3.2. Os serviços a serem prestados compreendem atividades de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, de forma continuada, com fornecimento de uniformes (fardamento completo), complemento do uniforme (equipamentos e utensílios ostensivos e de segurança), veículo (motocicleta) e equipamentos próprios para os postos motorizados, e demais materiais necessários para as categorias fixadas pela Administração, cuja mão de obra atenda aos requisitos mínimos de qualificação profissional e capacitação para o desempenho das atribuições concernentes às suas funções, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/Dissídio Coletivo de Trabalho, e legislação pertinente;

3.3. O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993;

3.4. Os serviços terão início a contar da assinatura do contrato e serão executados ininterruptamente, de segunda-feira a domingo, em jornada de trabalho de 12x36 horas, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, controle de acesso de pessoas, rondas nas áreas internas e externas e adjacentes;

3.5. Os postos de trabalhos poderão ser remanejados ou acrescidos, na forma da legislação vigente;

3.6. Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação e regime trabalhista vigente;

3.7. Salvo disposição em contrário constante em CCT ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente para as categorias, no estado do Amapá, dadas as peculiaridades do sistema de trabalho 12x36 e desde que o mesmo não seja ultrapassado ou compensado, nada será devido a título de horas extras e de repouso semanal remunerado, mesmo na ocorrência de trabalho em domingos e feriados;

- 3.8. Os salários dos profissionais utilizados na prestação dos serviços deverão corresponder aos consignados em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente no Estado do Amapá;
- 3.9. Os serviços deverão ser executados com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à viabilização da execução, conforme legislação vigente, todos estes a cargo da Contratada;
- 3.10. Os serviços especificados neste documento não excluem outros similares que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas ora licitadas;
- 3.11. Em observação ao art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE), ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União, bem como ao “Guia Prático de Licitações Sustentáveis” do Ifap, a presente contratação deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:
- 3.11.1. Durante a fiscalização da execução dos serviços deverá ser exigido o uso de EPIs, criando mecanismos punitivos para o devido comprometimento das empresas na fiscalização do cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;
- 3.11.2. Também durante a execução dos serviços, Contratante e Contratada deverão promover junto às categorias profissionais o respeito em relação aos impactos ambientais positivos, tais: diminuição de consumo de papel e energia elétrica na Instituição;
- 3.11.3. Adequação e elaboração de procedimentos que possibilitem e otimizem a implementação de compras compartilhadas, o que já é uma realidade na Instituição, inclusive, na instrução desta futura contratação;
- 3.11.4. Aparelhos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;
- 3.11.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
- 3.12. Abaixo encontra-se o quadro com possíveis prestadores de serviços locais que atendem aos requisitos desta contratação:

Nome do Fornecedor	CNPJ
CONAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI - ME	14.533.285/0001-30
J EPIFÂNIO MONTEIRO - ME	04.753.848/0001-42
SERVICELINE COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - ME	00.551.493/0001-58

3.13. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL

3.13.1. Os serviços de Vigilância Armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, envolvem a disponibilização pela Contratada de mão de obra capacitada, que apresente como qualificação profissional, no mínimo, as seguintes características, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, observada legislação trabalhista específica e demais normas, no que couber:

I) Ensino Médio Completo;

II) Curso de Formação de Vigilantes, com certificado expedido por Instituições reconhecidas;

III) Conhecimento específico e experiência mínima de 06 (seis) meses na função;

IV) Curso especial de direção defensiva na área de trânsito e carteira de habilitação em categoria mínima exigida, conforme veículo a ser utilizado na ronda, em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro (este item IV é obrigatório apenas para os postos de vigilância motorizada, sendo necessário, no mínimo, 1 (um) vigilante de cada posto possuir a habilitação requerida).

3.13.2. Os vigilantes devem ser devidamente treinados e habilitados para o uso de arma de fogo. A comprovação da formação técnica específica da mão de obra oferecida deverá ser através de Certificados de Cursos de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reco-



nhcidas, apresentando periodicamente e quando da alteração do seu quadro de funcionários, os documentos comprobatórios.

3.14. Além dos requisitos mínimos supracitados para cada atividade profissional, todos devem ainda apresentar os seguintes requisitos:

- I) Os profissionais devem ser educados, higiênicos, dinâmicos, ter iniciativa e agilidade no trabalho a ser executado, atender com presteza às solicitações, ter responsabilidade com as atividades desenvolvidas, agir com discrição e bom senso, expressar-se de maneira clara e objetiva, orientar de maneira precisa, demonstrar capacidade de se antecipar às necessidades dos clientes e evidenciar iniciativa;
- II) Os profissionais deverão demonstrar competência laboral com a área do serviço, manter a postura, aplicar os ensinamentos do treinamento/reciclagem quando ministrado pela Contratada, evidenciar atenção, indicar espírito de equipe e paciência, manter o autocontrole, organizar-se, ser prestativo, aceitar ideias, estar atualizado, ser desinibido, demonstrar senso de discrição e responsabilidade;
- III) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) ou quando autorizado pela chefia;
- IV) Apresentar-se devidamente uniformizado(a), asseado(a), barbeado se masculino, e com unhas aparadas;
- V) manter-se com cabelos cortados, no caso masculino, e presos, no caso feminino;
- VI) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão;
- VII) Zelar pela preservação do patrimônio do IFAP, sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- VIII) Guardar sigilo de assunto pertinente ao serviço;
- IX) Proibir qualquer aglomeração de pessoas no posto, comunicando o fato ao supervisor, em caso de desobediência;
- X) Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- XI) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- XII) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização;
- XIII) Levar ao conhecimento do Encarregado/preposto, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- XIV) Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- XV) Não participar, no âmbito da Contratante de grupos de manifestações ou reivindicações evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas;
- XVI) Outros aspectos relevantes e necessários ao fiel cumprimento das tarefas, no que couber.

3.15. DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

3.15.1. A mão de obra contratada, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012, em atendimento à legislação trabalhista específica e demais normas, deverá desempenhar as atribuições inerentes a seus cargos, observado, no mínimo, o seguinte:

- a) Comunicar imediatamente à Administração, bem como os responsáveis pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- b) Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- c) Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como aquelas que entenderem oportunas;



- d) Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- e) Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados, quando for o caso;
- f) Repassar para o(s) vigilante(s) que estiverem assumindo cada posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anormalidade observada nas instalações e suas imediações;
- g) Comunicar à Administração todo e qualquer acontecimento entendido como estranho às rotinas, que possa vir representar risco para o patrimônio do órgão, a seus servidores, aos funcionários terceirizados e demais usuários que estejam na área de abrangência do órgão;
- h) Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do IFAP, facilitando no que for possível a atuação delas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- i) Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana. Nas últimas condições permitir acesso somente por autorização por escrito do responsável designado pela Administração, anotando em documento próprio nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
- j) Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instituição;
- k) Proibir aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à Administração, no caso de desobediência;
- l) Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- m) Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos no local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- n) Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- o) Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- p) Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizadas;
- q) Registrar e controlar, juntamente a Administração dos Campi e Reitoria, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;
- r) A programação dos serviços será feita periodicamente, conforme cada Campi de prestação das atividades, e os serviços deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
- s) Os serviços a serem contratados compreendem a elaboração, sem ônus extra para o IFAP, de "Plano de Segurança" para as dependências a serem vigiadas, nos estritos limites da legislação federal específica sobre segurança;
- t) O "Plano de Segurança" será obrigatoriamente elaborado, contemplando apenas os recursos e equipamentos existentes nas dependências do IFAP e os fornecidos pela Empresa Contratada;
- u) O "Plano de Segurança" será obrigatoriamente entregue, pela Empresa Contratada ao IFAP, conforme o Campi de prestação do serviço, em 15 (quinze) dias após a data de assinatura do contrato.

3.16. CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS

3.16.1. POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA FIXA

- a) O posto de vigilância armada tem o objetivo de supervisionar, controlar, vistoriar e garantir a segurança do local e o fluxo de entrada e saída de veículos e de pessoas;



b) O desempenho da função de vigilância impõe, como condição essencial para eficiência da atividade, o completo conhecimento da atividade, que se inicia nos cursos de formação e capacitação na área de segurança privada;

c) *Requisitos básicos para execução da atividade:*

- Conhecimento da atividade: o desempenho da função de vigilante impõe, como condição essencial para eficiência da atividade, o completo conhecimento da atividade privada. Esse conhecimento tem origem no prévio preparo técnico-profissional do vigilante, decorrentes de cursos de formação e reciclagem na área de vigilância e se complementa com o interesse do vigilante em se aprimorar na área de atuação continuamente;

- Conhecimento do local de atuação: compreende o conhecimento de todos os aspectos físicos, organizacionais e rotineiros, por parte do vigilante, do local designado para o exercício da função de vigilância, assegurando a familiarização indispensável ao melhor desempenho operacional;

- Postura: atitude, compondo a apresentação pessoal e a postura no exercício das atividades, influencia decisivamente na confiabilidade do público em relação à capacidade técnica da vigilância patrimonial e mantém elevada a autoridade do vigilante, facilitando-lhe em consequência, o desempenho de suas atribuições;

- Comportamento na ocorrência: o caráter impessoal e imparcial da ação da vigilância patrimonial revela a natureza eminentemente profissional da atuação, em qualquer ocorrência, a atuação deve ser revestida de respeito, conhecimento sobre o que esta fazendo, autoridade compatível com a necessidade e isenção de julgamento ou posicionamento;

Formas de atuação:

- **Averiguação:** refere-se ao empenho da vigilância patrimonial, visando à contratação do grau de tranquilidade e normalidade desejável num determinado local ou à análise de indícios, que poderão conduzir as providências subsequentes;

- **Orientação:** considerado umas das mais importantes atribuições da vigilância patrimonial, refere-se ao ato de prevenir a ocorrência de infração através do esclarecimento das regras e dos procedimentos de segurança a serem seguidos;

- **Assistência:** Refere-se a todo auxílio prestado pelo vigilante às pessoas da Organização ou visitantes, de forma preliminar e eventual;

- **Advertência:** é o ato de abordar uma pessoa (aluno, servidor, prestador de serviço, visitante ou desconhecido) encontrada em conduta irregular, de acordo com as normas e procedimentos da Organização, buscando a mudança de sua atitude, a fim de evitar o cometimento de uma infração ou atitude que coloque em risco sua segurança ou a de outros;

- **Intervenção:** ação da vigilância patrimonial sobre uma ocorrência em curso ou prestes a ocorrer com intuito de estabelecer o controle da situação;

- **Registro de ocorrência:** refere-se ao ato de registrar por escrito uma ocorrência identificada ou informada, retratando aspectos essenciais, para fins de medidas administrativas e estatísticas. O vigilante ao registra particularidades de uma ocorrência atendida, deve primar pela imparcialidade, somente mencionando circunstâncias relevantes constatadas, não expressando conclusões pessoais.

3.16.2. POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA

a) A ronda motorizada consiste na utilização de veículo (motocicleta), a ser fornecida pela Contratada, composta de equipe formada por 2 (dois) vigilantes da empresa Contratada, onde no mínimo 1(um) deles terá que ter habilitação para possível condução de veículo automotor, específica para realizar o patrulhamento nos locais definidos pela Administração do IFAP, além de ficarem à disposição para o atendimento das diversas ocorrências em apoio da segurança do Instituto;

b) Os veículos automotores que serão utilizados nas rondas deverão ser motocicletas e/ou outro veículo qualquer compatível com a prestação do serviço;

- c) O veículo utilizado na ronda motorizada, quando aprovado pelo IFAP, poderá ser conduzido por vigilante contratado devidamente habilitado;
- d) A área estimada para ronda motorizada é de cerca de 15 hectares, sendo que no momento da contratação serão estabelecidos os cronogramas de ronda e a área real;
- e) *Informações complementares acerca da ronda motorizada:*

- Vigilância Patrimonial Motorizada - As rondas motorizadas são serviços móveis de fiscalização e vigilância, com emprego de veículos automotores, que tem por finalidade cobrir os espaços vazios existentes entre pontos fixos de segurança. São diligências que o vigilante realiza para verificar irregularidades;

- A atividade de vigilância patrimonial se caracteriza pelo emprego de veículos motorizados, carro ou moto (no caso desta contratação, existe a preferência por motocicleta), nas atividades de ronda da vigilância patrimonial. Para pleno atendimento da necessidade da vigilância patrimonial motorizada, o veículo a ser empregado nessa atividade deve ser caracterizado e equipado para tal;

- Por caracterização entende-se a pintura e identificação do veículo de forma que sua presença seja facilmente percebida pelas pessoas presentes nas proximidades como sendo um veículo da segurança patrimonial. O veículo também deve ser equipado com uma estação de rádio que permita contato direto com a central de operações da segurança, quando couber;

A vigilância patrimonial móvel permite a cobertura mais ampla da área a ser vigiada e deslocamentos rápidos em casos de emergências, além de que a presença ostensiva e constante do veículo da segurança tem efeito dissuasivo, servindo como inibidor de ações criminosas;

Atividades da vigilância patrimonial motorizada

- Rondas ostensivas no perímetro e interiores das instalações;
- Paradas em pontos estratégicos - ponto base (de grande circulação de pessoas), efeito psicológico;
- Na cobertura de áreas de risco elevado
- Na cobertura de eventos especiais;
- Averiguações de anormalidades
- Pronta resposta sistema de alarmes;
- Atendimentos emergenciais.

Considerações na vigilância patrimonial motorizada

- O veículo caracterizado (identificado como sendo da segurança patrimonial) é mais visível do que o próprio vigilante que o conduz, portanto, é altamente representativo para imagem da segurança patrimonial, devendo ser conduzido ou estacionado com total observância das regras de trânsito, servindo, em consequência, como exemplo aos demais;

- Para que a viatura apresente aspectos inquestionáveis de que se encontra em serviço de vigilância patrimonial, é necessário que se observe rigorosamente o binômio "baixa velocidade" e "postura/atitude" de observação dos ocupantes;

- O veículo, quando utilizado em rondas, o seu deslocamento deverá ser em velocidade reduzida, para possibilitar a observação do vigilante e proporcionar o efeito da ação presença para a população;

- Ao parar nos pontos bases, a viatura deverá estacionar em local que seja facilmente avistada e de fácil saída para mais de uma direção. Ao estacionar nos pontos bases, o(s) vigilante(s) ocupante(s) deve(m) desembarcar, pois a exibição do vigilante próximo ao veículo aumenta a ação presença. À noite, este procedimento evita que o vigilante seja vencido pelo sono;

- A ronda com veículo, não é um mero deslocamento, para se atingir uma determinada quilometragem num determinado espaço de tempo e sim uma atividade de observação móvel, que busca identificar e analisar situações suspeitas e de criar uma sensação de presença da segurança patrimonial junto a população;



- O veículo da vigilância patrimonial móvel, não deve ser utilizado para transporte de materiais ou produtos, principalmente alimentação, exceto em caso de emergência ou com a devida autorização da chefia;

- O veículo da vigilância patrimonial móvel, na atividade de ronda, não deve dar carona a pessoas que não pertençam a equipe da segurança patrimonial, exceto em caso de emergência ou com a devida autorização da chefia;

Manutenção do veículo da vigilância patrimonial móvel

- A manutenção básica do veículo da vigilância patrimonial móvel é de responsabilidade das equipes da vigilância ostensiva, que na passagem de serviço, devem passar a viatura em plenas condições de uso e conservação;

- O veículo deve ser inspecionado a cada troca de turno, seguindo check-list previsto para tal. As irregularidades devem ser corrigidas e as alterações devem ser registradas em relatório de ocorrência;

- Os condutores do veículo devem estar sempre atentos aos desgastes excessivos ou anormais dos pneus, que quase sempre está relacionado a uso inadequado (arrancadas e freadas bruscas, excesso de velocidades nas curvas, uso impróprio dos freios, etc.);

- Cuidados especiais devem ser dispensados com intuito de se evitar danos a lataria (amassados, arranhões, manchas) e aos bancos (manchas, rasgados, quebra de peças), quando for o caso;

- A correta manutenção e uso do veículo pela vigilância patrimonial, evidencia o grau de profissionalismo e comprometimento dos colaboradores que compõem a equipe da segurança patrimonial.

3.17 DO FARDAMENTO (UNIFORME COMPLETO), EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES

3.17.1. A empresa deverá manter os funcionários devidamente identificados por meio do uso de crachás da empresa e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes novos, completos e materiais dentro dos padrões de eficiência e higiene, de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, bem como substituir os materiais quando vencidos ou apresentarem defeito, não podendo ser repassados os custos aos seus empregados;

3.17.2. A empresa deverá entregar os uniformes ao empregado, no prazo de até 15 (quinze dias), após a assinatura do contrato, no tamanho correspondente, devendo realizar os ajustes, se necessário, sem custo para o empregado;

3.17.3. A empresa deverá, necessariamente, comprovar a entrega dos uniformes, mediante a apresentação, ao fiscal da Contratante, de recibos nominais, em até 5 (cinco) dias a contar da entrega, devidamente assinados pelos beneficiários dos uniformes;

3.17.4. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do Contratante, devendo a Contratada submeter amostra do modelo, cor e qualidade do material de cada peça que compõe o conjunto de uniforme para aprovação, resguardando-se ao Contratante o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados;

3.17.5. Não poderá ser exigido, do funcionário, o uniforme usado quando da entrega dos novos, e nem quando do término do Contrato;



3.17.6. Para efeito de verificação de inexecuibilidade da proposta, em se tratando de insumos, o Pregoeiro auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá solicitar esclarecimentos complementares ou adotar os seguintes procedimentos:

I) Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;





- II) Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos e fabricantes;
- III) Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- IV) Demais verificações que se fizerem necessárias;
- 3.17.7. A contratada deverá substituir os uniformes **semestralmente**, ou em prazo inferior, quando não atenderem as condições mínimas de apresentação;
- 3.17.8. A empresa deverá seguir o padrão estipulado pelo IFAP, em consonância ao disposto na Portaria 3.233/2012 – DG/DPF de 10/12/2012, no que couber, observada demais normas pertinentes, devendo conter as características mínimas no que se refere à quantidade e qualidade, observado os valores estimados, conforme tabelas abaixo:

TABELA I - FARDAMENTO (UNIFORME COMPLETO)

 POSTOS FIXOS E MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 66 FUNCIONÁRIOS 				
DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO	UND	(A) QTDE EST. ANUAL	(B) VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ANUAL EST. P/ 66 FUNCIONÁRIOS (A*B)*66
Calça, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	2	R\$ 118,93	R\$ 15.698,76
Camisa manga curta, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	2	R\$ 66,20	R\$ 8.738,40
Camisa manga longa, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	2	R\$ 71,49	R\$ 9.436,68
Cinto de nylon, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 20,35	R\$ 1.343,10
Sapato, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	2	R\$ 64,83	R\$ 8.557,56
Meia, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	4	R\$ 10,04	R\$ 2.650,56
Quepe com emblema da empresa, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 25,35	R\$ 1.673,10
Jaqueta de frio ou japona, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 103,07	R\$ 6.802,62
Capa de chuva, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 20,68	R\$ 1.364,88
Crachá, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	1	R\$ 12,50	R\$ 825,00

* O valor total anual estimado de fardamento (uniforme completo) para o total de 66 vigilantes é de **R\$ 57.090,66** (cinquenta e sete mil noventa reais e sessenta e seis centavos), cuja pesquisa de preços foi elaborada conforme os termos da IN 03/2017 – SLTI/MP.

TABELA II – COMPLEMENTO DO UNIFORME (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)

 POSTOS FIXOS E MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 33 POSTOS 				
DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO	UND	(A) QTDE EST. ANUAL	(B) VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ANUAL EST. P/ 33 POSTOS (A*B)*33
revólver calibre 38, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 3.466,33	R\$ 114.388,89



cinto com coldre e baleiro, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 94,72	R\$ 3.125,76
munição calibre 38, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 79,04	R\$ 2.608,32
colete balístico, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 362,45	R\$ 11.960,85
distintivo tipo broche, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 28,06	R\$ 925,98
livro de ocorrência, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 11,28	R\$ 372,24
cassetete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 54,15	R\$ 1.786,95
porta cassetete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 22,11	R\$ 729,63
apito com cordão, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 26,45	R\$ 872,85
lanterna 3 pilhas, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 77,08	R\$ 2.543,64
pilhas para lanterna, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	1	R\$ 22,50	R\$ 742,50
rádio comunicador profissional até 56km, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	1	R\$ 462,47	R\$ 15.261,51

* O valor total anual estimado de complemento do uniforme (materiais e equipamentos) para 33 postos é de **R\$ 155.319,12** (cento e cinquenta e cinco mil trezentos e dezenove reais e doze centavos), cuja pesquisa de preços foi elaborada conforme os termos da IN 03/2017 – SLTI/MP.

TABELA III – VEÍCULO, UTENSÍLIOS E INSUMOS PARA RONDA MOTORIZADA

APENAS POSTOS MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 2 POSTOS



DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO/INSUMO	UND	(A) QTDE EST. ANUAL	(B) VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO (A*B)
motocicleta, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012**	UND	1	R\$ 9.010,00	R\$ 9.010,00
capacete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	UND	2	R\$ 151,83	R\$ 303,66
luva segurança, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	2	R\$ 52,40	R\$ 104,80
joelheira, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	2	R\$ 52,13	R\$ 104,26
cotoveleira, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012	PAR	2	R\$ 77,58	R\$ 155,16
Gasolina (abastecimento)***	LITRO	960	R\$ 3,96	R\$ 3.801,60
Manutenção preventiva e corretiva****	SERV.	-	R\$ 500,00	R\$ 500,00

* O valor total anual estimado de veículo, utensílios e insumos de ronda motorizada para 2 postos é de **R\$ 13.979,48** (treze mil novecentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos), cuja pesquisa de preços foi elaborada conforme os termos da IN 03/2017 – SLTI/MP;

** As especificações mínimas da motocicleta são as seguintes: motor tipo OHC, monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a ar, cilindrada: 162,7 cc, potência máxima: 14,9 cv a 8.000 rpm, torque máximo: 1,40 kgf.m a 6.000 rpm, transmissão: 5 velocidades, sistema de partida: elétrico, diâmetro x curso: 57,3 x 63,0 mm, relação de compressão: 9,5 : 1. sistema alimentação: injeção eletrônica PGM FI, combustível: gasolina. Sistema elétrico: ignição: eletrônica, bateria: 12V - 4 Ah, farol: 35/ 35W. Capacidade: tanque de combustível: 14,6 litros, óleo do motor: 1,2 litro. Dimensões: comprimento x largura x

altura: 1996 x 739 x 1087 mm, distância entre eixos: 1314 mm, distância mínima do solo: 196 mm, altura do assento: 790 mm, peso seco: 115 kg. Suspensão dianteira/curso: garfo telescópico / 135 mm, suspensão traseira/curso: dois amortecedores / 106 mm, freio dianteiro/diâmetro: a tambor / 130 mm, freio traseiro/diâmetro: a tambor / 130 mm, pneu dianteiro: 80/100 -18, pneu traseiro: 90/90 -18;

***Em consulta junto ao site da Agência Nacional de Petróleo – ANS, verificamos que a média de preço da gasolina para o estado do Amapá, no período de 02/02/2020 a 08/02/2020 é de R\$ 3,96. E para o período de 1 ano estima-se o consumo de aproximadamente 960 litros de gasolina para a prestação do serviço, considerando ronda em três turnos em uma área de aproximadamente 15 hectares;

****Realizada pesquisa de mercado, identificou-se que a manutenção preventiva para o modelo de motocicleta com as características mínimas apresentadas acima tem um valor médio estimado anual de R\$ 144,54, para o qual somamos R\$ 355,46 de manutenção corretiva anual, totalizando R\$ 500,00 reais para o serviço de manutenção anual do veículo (preventiva e corretiva), conforme documentos constantes no processo.

3.17.9. Caso seja necessário, outros acessórios e/ou equipamentos poderão ser utilizados no desempenho das atividades, desde que a **Contratante** concorde;

3.17.10. A eventual falta de bem, equipamento ou uniforme, devidamente discriminados nas tabelas acima, deverá ser imediatamente suprida, no que concerne ao tipo ou quantidade, pela alocação de reserva técnica, constituída para garantir o fornecimento ininterrupto do serviço contratado;

3.17.11. Os materiais deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas.

3.18. DO CÁLCULO DO NÚMERO DE DIAS ÚTEIS E FERIADOS:

3.18.1. Para efeito de cálculo, considerou-se o número de dias compreendidos entre o período de 28/06/2020 a 27/06/2021;

Ord	MÊS/REFERÊNCIA	Total de dias/mês	DETALHAMENTO DE DIAS/MÊS			
			Nº de dias 2ª a 6ª feira	Nº de sábados	Nº de domingos	Nº de feriados**
1	Junho/2020*	3	2	0	1	0
2	Julho/2020	31	23	4	4	2
3	Agosto/2020	31	21	5	5	0
4	Setembro/2020	30	22	4	4	2
5	Outubro/2020	31	22	5	4	2
6	Novembro/2020	30	21	4	5	3
7	Dezembro/2020	31	23	4	4	1
8	Janeiro/2021	31	21	5	5	1
9	Fevereiro/2021	28	20	4	4	2
10	Março/2021	31	23	4	4	1
11	Abril/2021	30	22	4	4	2
12	Mai/2021	31	21	5	5	2
13	Junho/2021	27	19	4	4	1
TOTAL:		365	260	52	53	19

* Previsão para início da prestação dos serviços

** Feriados Estaduais e Nacionais

4. Estimativa das Quantidades, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (art. 24, § 1º, IV, e anexo III da IN 05/2017)

4.1. O método utilizado para levantamento e estimativa da quantidade de serviços para a contratação foi a análise da contratação anterior, sendo que no último processo de contratação foram registrados 40 postos 12x36 (totalizando 80 vigilantes). A contratação efetiva atual vigente não contemplou todo o



quantitativo registrado, e portanto, considerando a readequação interna da Instituição, bem como o enxugamento de algumas atividades, a contratação pretendida é de 33 postos (totalizando 66 vigilantes);

4.2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE ESTIMADA ANUAL
REITORIA E CAMPUS MACAPÁ					
1	1	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	4
	2	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	4
CAMPUS OIAPOQUE					
2	3	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	2
	4	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	2
CAMPUS SANTANA					
3	5	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3
	6	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3
CAMPUS PORTO GRANDE E CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPARI					
4	7	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Sendo 02 postos para o Campus Porto Grande e 01 posto para o Centro de Referência.	24015	POSTO/ANO	3
	8	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Sendo 03 postos para o Campus Porto Grande e 01 posto para o Centro de Referência.	24015	POSTO/ANO	4
	9	Vigilância diurna motorizada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	24015	POSTO/ANO	1
	10	Vigilância noturna motorizada - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	24015	POSTO/ANO	1
CAMPUS LARANJAL DO JARI					
5	11	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3
	12	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3

5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar (art. 24, § 1º, V, e anexo III da IN 05/2017)

5.1. A metodologia utilizada para a presente contratação considerou ampla análise de mercado e a análise de outras licitações de órgãos da administração federal, tendo sido constatado o sucesso dos contratos realizados pelos outros órgãos.

5.2. Foi realizado ainda amplo estudo da contratação anterior da Instituição, de maneira a se identificar os pontos fortes e os pontos fracos do contrato executado, do qual aproveitou-se grande parte da metodologia já adotada, a qual mostrou-se adequada e suficiente para a Administração.

5.3. Outro fator relevante, especialmente para a organização das categorias profissionais em grupos de



disputa, foi proveniente da análise da Solicitação de Auditoria n. 201902521/02 da Corregedoria Geral da União - CGU encaminhada ao Ifap tratando-se da limitação de competitividade no último contrato de serviço com mão de obra exclusiva para limpeza e conservação, sendo que a mesma metodologia havia sido utilizada para o último contrato de vigilância, ambos instruídos à mesma época. Desta forma, acatou-se as recomendações da CGU e portanto, as categorias de serviços foram agrupadas por *Campi*, permitindo assim maior competitividade ao certame.

6. Estimativas preliminares dos preços de referência (art. 24, § 1º, VI, e anexo III da IN 05/2017)

6.1. Para o alcance dos valores máximos aceitáveis, foram utilizados os valores limites máximos correspondentes ao **serviço de vigilância diurna e noturna** da Portaria nº 213 de 25 de setembro de 2017 – SEGES-MP, atualizada em 17 de abril de 2018 para o estado do Amapá, conforme documentos constantes no processo;

6.2. ESTIMATIVAS DE PREÇOS MÁXIMOS DE REFERÊNCIA PARA DISPUTA

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATEGORIA	UNID MEDIDA	(A) QTDE ESTIMADA ANUAL	(B) VALOR MÁXIMO UNITÁRIO POSTO	(C) VALOR MÁXIMO ANUAL ACEITÁVEL POR POSTO (B*12)	(D) VALOR MÁXIMO ANUAL ACEITÁVEL PARA TODOS OS POSTOS (A*C)
CAMPUS MACAPÁ								
1	1	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	4	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 573.100,80
	2	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	4	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 683.222,40
TOTAL GRUPO 1								R\$ 1.256.323,20
CAMPUS OIAPOQUE								
2	3	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	2	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 286.550,40
	4	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	2	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 341.611,20
TOTAL GRUPO 2								R\$ 628.161,60
CAMPUS SANTANA								
3	5	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 429.825,60
	6	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 512.416,80
TOTAL GRUPO 3								R\$ 942.242,40
CAMPUS PORTO GRANDE E CENTRO DE REFERÊNCIA DE PEDRA BRANCA DO AMAPÁ								
4	7	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Sendo 02 postos para o Campus Porto Grande e 01 posto para o Centro de Referência.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 429.825,60
	8	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Sendo 03 postos para o Campus Porto Grande e 01 posto para o Centro de Referência.	24015	POSTO/ANO	4	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 683.222,40
	9	Vigilância diurna motorizada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	24015	POSTO/ANO	1	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 143.275,20
	10	Vigilância noturna motorizada - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo,	24015	POSTO/ANO	1	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 170.805,60



		envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.						
TOTAL GRUPO 4								R\$ 1.427.128,80
CAMPUS LARANJAL DO JARI								
5	11	Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 11.939,60	R\$ 143.275,20	R\$ 429.825,60
	12	Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	24015	POSTO/ANO	3	R\$ 14.233,80	R\$ 170.805,60	R\$ 512.416,80
TOTAL GRUPO 5								R\$ 942.242,40
TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL DA CONTRATAÇÃO								R\$ 5.196.098,40

6.3. Com isto o **VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA** para esta contratação é de **R\$ 5.196.098,40** (cinco milhões cento e noventa seis mil noventa e oito reais e quarenta centavos).

7. Descrição da solução como um todo (art. 24, § 1º, VII, e anexo III da IN 05/2017)

7.1. Os serviços a serem prestados compreendem atividades de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, de forma continuada, com fornecimento de uniformes (fardamento completo), complemento do uniforme (equipamentos e utensílios ostensivos e de segurança), veículo (motocicleta) e equipamentos próprios para os postos motorizados, e demais materiais necessários para as categorias fixadas pela Administração, cuja mão de obra atenda aos requisitos mínimos de qualificação profissional e capacitação para o desempenho das atribuições concernentes às suas funções, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/Dissídio Coletivo de Trabalho, e legislação pertinente.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, quando necessária para individualização do objeto (art. 24, § 1º, VIII, e anexo III da IN 05/2017)

8.1. De acordo com o art. 8º, caput, do decreto nº 7.892/13, o órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total de um determinado item em diferentes lotes, quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de prestação de serviços. No caso de serviços, a divisão considerará a unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame (art. 8º, §2º, do Decreto nº 7.892/13).

8.2. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

8.3. Conforme disposto no Acórdão/TCU 1214/2013-Plenário “*deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar-condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática.*”

8.4. Portanto, o critério de julgamento de “**Menor Preço Global**” deve-se ao fato da necessidade de padronização do presente serviço nas Unidades do IFAP, visto que a não classificação dessa forma poderá implicar um grau de complexidade desnecessário para a Administração, pois a contratação de várias empresas para cada categoria dificultaria o gerenciamento e fiscalização pelos demandantes, também teríamos funcionários com identificações e culturas empresariais diversas, o que, com certeza, causaria um caos na Instituição. Além disso, os itens foram agrupados por serem de natureza semelhante, sabendo que o agrupamento é técnica e economicamente viável (Art. 8º do 7.892/2013). Frisa-se ainda que o parcelamento do objeto no tocante a estes serviços geraria inviabilidade administrativa e possivelmente provocaria a perda de economia de escala;



8.5. É importante mencionar que, diferente das contratações anteriores cujo agrupamento contemplava todas as unidades do Ifap, levando à contratação de uma única empresa para todos os *Campi*, o objeto da presente contratação terá 5 grupos de disputa, de maneira a oportunizar a contratação de mais de uma empresa (melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade). Ressalva-se que as demandas do Campus Porto Grande e Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari foram unidas, uma vez que o referido Centro de Referência é anexo do Campus Porto. As demais unidades do Ifap terão seus grupos próprios.

9. Demonstrativos do resultado pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis (art. 24, § 1º, IX, e anexo III da IN 05/2017)

- 9.1. A prestação dos serviços deverá promover uma maior eficiência no desenvolvimento das atividades acessórias à Instituição, por meio de pessoal devidamente qualificado;
- 9.2. Por meio da capacitação técnica da categoria profissional busca-se pela qualidade e eficácia dos serviços prestados à comunidade interna e externa da Instituição;
- 9.3. Também busca-se, por meio dos critérios sustentáveis descritos, conscientizar os prestadores dos serviços acerca do consumo adequado energia elétrica, bem como acerca da destinação correta dos resíduos sólidos provenientes do uso e/ou desenvolvimento das atividades profissionais, dentre outros aspectos estabelecidos no item próprio de requisitos da contratação deste documento;
- 9.4. Com todos os requisitos descritos neste documento, pretende-se realizar a contratação de empresa não preocupada apenas com o lucro proveniente da contratação, mas envolvida e engajada em prestar serviço de qualidade e com responsabilidade socioambiental.

10. Providências para adequação ambiente do Órgão (art. 24, § 1º, X, e anexo III da IN 05/2017)

- 10.1. Segundo o TCU, este tópico trata-se da ocupação de espaço físico pela contratada, utilização de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás para os funcionários da contratada e concessão de perfis de acesso a serviços do órgão, no que couber.
- 10.2. Desta forma, por meio desta contratação a contratada deverá assegurar os recursos materiais, utensílios e equipamentos necessários para a execução dos serviços que lhe forem demandados e utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade dos serviços. A contratada deverá realizar a capacitação dos funcionários no que se refere ao ambiente da organização.
- 10.3. Para tanto, o Ifap permitirá o livre acesso das pessoas autorizadas da Contratada, durante a execução do contrato, às dependências do órgão, desde que devidamente identificadas, proporcionando todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas e critérios da contratação. O Ifap disponibilizará os espaços físicos, mobiliários e demais bens móveis e equipamentos, sob seu patrimônio, conforme a atividade a ser desenvolvida na Instituição, no que couber. É importante mencionar que o Ifap possui os espaços e os mobiliários suficientes para as categorias de serviços, uma vez que esses serviços acessórios já são prestados há bastante tempo na Instituição, a qual já adequou-se às normas estruturais devidas.
- 10.4. O cronograma de atividades, se couber, será elaborado por meio de cada Unidade do Ifap, em momento oportuno, a ser realizado em parceria com a empresa contratada. Vale lembrar que as informações já mencionadas neste documento de estudos preliminares é suficiente, neste primeiro momento, para identificação das atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos.
- 10.5. Por tratar-se de um serviço técnico, é importante que o Ifap designe como fiscais operacionais e administrativos servidores já com experiência neste tipo de fiscalização, ou promova a capacitação de novos fiscais para o alcance de uma fiscalização adequada e eficiente;



10.6. Segundo Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o Instituto deverá providenciar portaria de designação específica para fiscalização de contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 8.666/93 em seu artigo 67;

10.7. Ainda segundo o TCU, os fiscais deverão ser designados considerando a formação acadêmica ou técnica do servidor/funcionário, a segregação entre as funções de gestão e de fiscalização do contrato, bem como o comprometimento concomitante com outros serviços ou contratos, de forma a evitar que o fiscal responsável fique sobrecarregado devido a muitos contratos sob sua responsabilidade;

10.8. O Órgão deve realizar sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais; (Acórdão nº 1094/2013-Plenário).

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 24, § 1º, XI, e anexo III da IN 05/2017)

Não há neste Órgão contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto da presente contratação.

12. Declaração da viabilidade ou não da contratação (art. 24, § 1º, XII, e anexo III da IN 05/2017)

12.1. Conforme análise dos estudos preliminares, observado o disposto nas diretrizes gerais e específicas deste plano de estudos preliminares, declaramos que a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de prestação continuada de **vigilância patrimonial armada** para atendimento às demandas da Reitoria do IFAP, **É VIÁVEL**.

12.2. O conteúdo deste documento é público e não é passível de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

12.3. Assim todos os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação concordam e assinam este documento, conforme abaixo:

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Elizabeth Ribeiro da Rocha
Siape: 1809059

Lorenzo Monteiro Anaisse
Siape: 2338380

Sabrina Gama dos Santos
Siape: 2338189

Marco Johnny de Oliveira Nascimento
Siape: 3038868



ANEXO

Dissídio Coletivo de Trabalho 0000288-37.2019.5.08.0000



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Dissídio Coletivo **0000288-37.2019.5.08.0000**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 17/04/2019

Valor da causa: \$2,000.00

Partes:

SUSCITANTE: SINDICATO DAS EMPRESAS DE VIG E SEG E TRANSPORTE DE VALORES DO ESTADO DO AMAPA

ADVOGADO: MAURO HERMES FRANCO FIGUEIREDO

ADVOGADO: RAPHAEL CHARONE LOUREIRO

SUSCITADO: SINT DOS TRAB DE EMP DE SEG VIG TRANS VAL E SIM DO E AP

ADVOGADO: HIGOR RIAN BARBOSA DA CONCEICAO

CUSTOS LEGIS: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

ATA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REALIZADA AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE, como adiante segue:

//////////Aos **DEZENOVE** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de dois mil e dezenove, às 12:00 (doze horas), teve lugar na sede do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO**, sob a Presidência da Excelentíssima Desembargadora **MARY ANNE ACATAUASSU CAMELIER MEDRADO**, Vice-Presidente, a audiência de conciliação nos autos do Processo **TRT/DC 0000288-37.2019.5.08.0000**. Aberta a audiência, presente a Excelentíssima Doutora Ana Maria Gomes Rodrigues, representante do Ministério Público do Trabalho.

Apregoadas as partes, presente a suscitante **SINDICATO DAS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES DO ESTADO DO AMAPÁ - SINDESP/AP**, representado por seu Presidente Sr. **LUIS FERNANDO AZEVEDO DA SILVA**, assistido por seus advogados, Doutores **MAURO HERMES FRANCO FIGUEIREDO** e **RAPHAEL CHARONE LOUREIRO**, habilitados nos autos.

Presente o suscitado, na mesa de negociação, **SINDICATO DOS VIGILANTES E EMPREGADOS DE EMPRESAS DE VIGILÂNCIA, TRANSPORTE DE VALORES E SIMILARES DO ESTADO DO AMAPÁ – SINDIVIAP**, representada por seu Presidente Sr. **DINASSI SIQUEIRA DO CARMO**.

A presente audiência foi designada para que as partes prestem esclarecimentos acerca do teor de algumas cláusulas constantes do acordo apresentado sob ID 31d98a2, com o fito de propiciar melhor análise e possível homologação da norma coletiva pela Seção Especializada I deste Regional.

Após análise as partes firmaram o seguinte acordo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - REAJUSTE SALARIAL – FUNÇÕES - CARGOS OPERACIONAIS

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados, a partir de 1º DE MAIO DE 2019, com o percentual de 7,00% (SETE POR CENTO) a incidir sobre os salários vigentes em Maio de 2019, descontando-se os aumentos espontâneos ou compulsórios concedidos no período de MAIO de 2018 a ABRIL de 2019, exceto os decorrentes de término de



aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento, localidade ou equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

Parágrafo 1º - Fica assegurado o reajuste convencionado no caput desta cláusula a todos os empregados que não se enquadrarem no parágrafo terceiro desta cláusula.

Parágrafo 2º – Para efeito de remuneração dos trabalhadores das áreas administrativas, recursos humanos e outras, fica estabelecido o piso salarial no mínimo igual ao do vigilante (PISO SALARIAL DO VIGILANTE) a partir de 1º de MAIO de 2019, excluídos os trabalhadores de serviços gerais, tais como “office-boy”, copeiro(a), cozinheiro(a), auxiliar de limpeza, estafeta e outros assemelhados.

Parágrafo 3º – Os integrantes da categoria profissional não poderão ser admitidos ou continuar trabalhando, a partir de 1º de MAIO DE 2019, com salários inferiores aos adiante elencados:

- a) SUPERVISOR DE SEGURANÇA FLORESTAL: R\$5.099,99;
- b) INSPETOR DE SEGURANÇA FLORESTAL: R\$ 3.416,22;
- c) GUARDA FLORESTAL, VIGILANTE FLORESTAL: R\$ 2.456,83;
- d) CHEFE DE OPERAÇÕES E COORDENADOR DE SEGURANÇA: R\$ 3.099,88;
- e) SUPERVISOR DE SEGURANÇA PATRIMONIAL: R\$2.412,67;
- f) INSPETOR E FISCAL DE VIGILÂNCIA: R\$2.126,29;
- g) VIGILANTE CONDUTOR DE CARRO FORTE: R\$ 2.167,01;
- h) VIGILANTE CHEFE DE EQUIPE DE TRANSPORTE DE VALORES / GUARDA FIEL: R\$2.260,61;
- i) VIGILANTE ESCOLTA /GUARDA ESCOLTA: R\$1.931,84;
- j) MONITOR DE OPERAÇÕES DE VIGILANCIA E TÉCNICO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA Jr.: R\$ 1.729,30;
- l) VIGILANTE, GUARDA DE SEGURANÇA, VIGIA, VIGILANTE ORGÂNICO, ATENDENTE DE OCORRENCIA DE ALARME ELETRÔNICO E/OU SISTEMA DE CFTV E MONITOR DE ALARMES ELETRÔNICO E/OU SISTEMA DE CFTV: R\$ 1.622,82.

Parágrafo 4º – Vigilante Florestal (FUNÇÃO): É o vigilante profissional conforme a Lei 7.102 /83, com curso específico para trabalho e sobrevivência na selva, que desenvolve suas atividades de segurança patrimonial percorrendo trilhas, caminhos e estradas em área exclusiva de preservação ambiental de floresta, natural ou de replantio.



a) Não se enquadra no § 4º o vigilante sem habilitação, ainda que exerça atividades em fazendas, áreas rurais, alojamentos, acampamentos, porteiras, portarias, guaritas e instalações em áreas descampadas em ambiente florestal;

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PAGAMENTO SALARIAL

O pagamento da remuneração mensal, férias, abono PIS (programa de integral social) e 13º salário será realizado por meio de depósito bancário em conta salário do empregado ou aquela formalmente indicada pelo mesmo, por meio de vale postal ou ordem bancária.

I) A despesa da remessa postal, de depósito na conta bancária do empregado ou da ordem bancária será de responsabilidade da empresa.

II) A data de pagamento, para todos os efeitos legais, será a da remessa do vale postal, da emissão da ordem bancária ou do débito na conta-corrente da empresa.

III) As empresas obrigam-se, a pedido do sindicato laboral, a fornecer cópia dos comprovantes dos pagamentos efetuados, no prazo de 10 (dez) dias corridos da data do recebimento da notificação.

IV) O pagamento de salários deverá ocorrer até o 5º dia útil do mês subsequente. No caso de eventual atraso, a reclamada pagará multa em favor do empregado prejudicado de 15% (quinze por cento) sobre o seu piso salarial.

V) No caso de atraso superior a 30 dias, a multa prevista o item IV será de 25% sobre o piso do trabalhador prejudicado.

VI) O pagamento que não observar as regras previstas no *caput* desta cláusula será considerado nulo de pleno direito, ficando a empresa sujeita ao pagamento de multa de um salário mínimo vigente na época, a reverter em favor do empregado prejudicado.

CLÁUSULA TERCEIRA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamentos de salários, constando todas as verbas creditadas e debitadas, com as respectivas identificações, inclusive com discriminação do valor do depósito do FGTS, em atenção ao disposto no art. 16 do regulamento do FGTS (REFUNGATS).

CLÁUSULA QUARTA - DA RETROATIVIDADE E QUITAÇÃO

O montante correspondente às diferenças decorrentes do reajuste estipulado nesta norma, devidas a partir de 1º de maio de 2019 será pago em duas parcelas, a primeira até o 5º (quinto)



dia útil do mês subsequente ao da publicação do acórdão de homologação da norma e a segunda até o 5º (quinto) dia útil do mês imediatamente seguinte.

Parágrafo primeiro – As diferenças salariais acima referidas devidas aos trabalhadores dispensados entre 01.05.2019 e até a data da publicação do acórdão de homologação da norma, deverão ser pagas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da referida publicação.

Parágrafo segundo – As empresas devem enviar ao sindicato dos trabalhadores os comprovantes de pagamento das diferenças acima mencionadas, inclusive identificando os empregados dispensados no período referido no parágrafo primeiro, até o último dia útil do mês da publicação do acórdão de homologação.

a) A empresa justificará o não cumprimento do parágrafo primeiro desta cláusula, no caso de comprovadamente o empregado ter mudado de endereço após a dispensa, ficando ressalvado que tal situação não exime a empresa do pagamento das diferenças que trata o parágrafo primeiro.

CLÁUSULA QUINTA - REMUNERAÇÃO DIFERENCIADA

Em razão de postos especiais contratados ou em decorrência de contratos com clientes que assim exijam, ou ainda por condições operacionais a critério das empresas, estas poderão pagar remuneração diferenciada aos seus trabalhadores, em verbas destacadas, a título de gratificação, condições estas que não serão objeto de isonomia para outros que trabalhem em postos sem essas características ou em empresas diferentes, e não integram o salário, para todos os efeitos legais, assim que o trabalhador deixar de exercer a sua função nas condições acima mencionadas. As empresas poderão manter e pagar salários diferenciados mediante critérios profissionais, respeitados os pisos fixados.

CLÁUSULA SEXTA - DIA NACIONAL DO VIGILANTE

O trabalho no dia nacional do vigilante, dia 20 de junho, será remunerado com valor de 1/30 do piso salarial, desde que não tenham faltas injustificadas, suspensões disciplinares e ou advertências escritas, no período de seis meses antecedentes a data do dia 20 de junho.

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas com adicionais de 50% (cinquenta por cento) a incidir sobre o valor da hora normal e calculadas mediante a aplicação do divisor 220 (duzentos e vinte).

Parágrafo primeiro – Com exceção do trabalho realizado nos regimes de compensação de 12 horas de trabalho por 36 de descanso (12 x 36) e jornada de campo (15 x 15), em que o domingo já está compensado, ficam as empresas obrigadas a remunerar o domingo trabalhado nas demais jornadas com acréscimo de 100%.



Parágrafo segundo – O Descanso Semanal Remunerado – DSR é calculado com base em 1/6 da hora extra paga.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO DA HORA INTRAJORNADA

O pagamento da hora intervalar será efetivado de acordo com o que preceitua o art. 71 § 4º da CLT, com reflexos sobre férias, 13º salário, descanso semanal remunerado - DSR, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e adicional noturno.

CLÁUSULA NONA - PERCENTUAL DO ADICIONAL NOTURNO

O trabalho em horário noturno será remunerado com adicional de 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor da hora diurna, utilizado o divisor 220(duzentos e vinte), e com reflexos sobre férias, 13º salário, DSR e FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA - SERVIÇO NOTURNO

Considerando o artigo 73 da CLT, exclusivamente para o trabalho realizado no período noturno, entre as 22h00m de um dia e as 05h00m do dia seguinte, mesmo em jornadas de horário misto, a hora trabalhada nesse intervalo será computada como de 52 (cinquenta dois) minutos e 30 (trinta) segundos e sujeitas ao pagamento do adicional noturno. Para todos os efeitos legais, para cada hora (60 minutos) noturna trabalhada a partir das 22h00m até às 05h00, será computado como hora noturna reduzida, conseqüentemente, será devido o pagamento de hora extra ou fração.

Parágrafo primeiro – A quantidade de horas extras noturnas no mês se obtém conforme o cálculo a seguir: 60m00s – 52m30s = 7m30s que equivale a 7,5. 7,5 x (Quantidade de Horas trabalhadas por noite a partir das 22h00m até às 05h00 x Quantidade de Noites trabalhadas no mês) / 52,5.

Parágrafo segundo - O pagamento de horas extras será acrescido do descanso semanal remunerado calculado à base de 1/6 sobre as horas extras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Considerando a Lei nº 12.740 de 08.12.2012, bem como a Portaria nº 1.885/2013 de 02.12.2013, publicada no DOU do dia 03.12.2013, onde o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou o Anexo 3 que regulamenta as “atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial - da Norma Regulamentadora nº 16 - Atividades e operações perigosas.”, ficam as empresas obrigadas a pagar 30% (trinta por cento) de adicional de periculosidade sobre os pisos



salariais constantes da cláusula que trata de REAJUSTE SALARIAL – FUNÇÕES – CARGOS OPERACIONAIS, parágrafo 3º deste instrumento normativo.

Parágrafo único - Fica pactuado que o empregado que exerça ou tenha exercido a atividade em que há, simultaneamente, a insalubridade em qualquer grau e a periculosidade, ainda que por causas diversas, prevalecerá sempre o adicional de periculosidade, sem possibilidade de cumulação dos adicionais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FERIADO TRABALHADO – PAGAMENTO EM DOBRO

Será remunerado em dobro o trabalho realizado nos seguintes feriados, independentemente da percepção do salário mensal, vedada a compensação:

- a) 01 de janeiro - Confraternização universal;
- b) 21 de abril – Tiradentes;
- c) 01 de maio – Dia do trabalho;
- d) 07 de setembro – Independência do Brasil;
- e) 13 de setembro – Data Magna do Estado do Amapá;
- f) 12 de outubro – Nossa Senhora Aparecida;
- g) 02 de novembro – Finados;
- h) 15 de novembro – Proclamação da República;
- i) 25 de dezembro - Natal

Parágrafo primeiro - Integra o disposto no *caput* desta cláusula e será pago em dobro o trabalho realizado nos dias de feriados municipais constantes nas leis ordinárias ou orgânica dos municípios.

Parágrafo segundo - O pagamento será efetuado com base na quantidade de horas que o empregado trabalhou no decorrer das 24h do dia do feriado.

Parágrafo terceiro - O feriado trabalhado após o fechamento ou conclusão da folha de pagamento da empresa será pago na folha do mês seguinte.

Parágrafo quarto - Esta cláusula não se aplica aos trabalhadores que laboram no regime de compensação 12x36 e jornada de campo (15x15), pois a remuneração mensal pactuada nessas escalas já abrange os DSR's e feriados laborados.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TICKET-ALIMENTAÇÃO - VALE-REFEIÇÃO

As empresas fornecerão, mensalmente, a todos os integrantes da categoria, inclusive aos trabalhadores da área administrativa, a partir de 1º maio de 2019, Ticket-Alimentação ou Vale-Refeição (impresso ou magnético) no valor de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por dia trabalhado, juntamente com o pagamento do salário do mês de referência, obedecida a sistemática conforme disposições abaixo:

Parágrafo primeiro - Para todos os efeitos legais, o benefício acima não tem natureza salarial, não se incorporando a remuneração para nenhum fim.

Parágrafo segundo - Nas localidades do interior do Estado do Amapá, em que se mostrar inviável a entrega de Ticket-Alimentação ou Vale-Refeição, o benefício poderá ser concedido em pecúnia, com registro no contracheque, observados o mesmo prazo, multa e disposições previstas na presente norma coletiva.

Parágrafo terceiro - O fornecimento de refeição *in natura* pelo tomador de serviços não desobriga a empresa empregadora do fornecimento do Ticket-Alimentação – Vale-Refeição.

Parágrafo quarto - Na eventualidade de labor em dia destinado ao descanso, em jornada igual ou superior a 06 (seis) horas, será concedido Ticket-Alimentação/Vale-Refeição, na forma do *cap ut* desta cláusula.

Parágrafo quinto - Será descontado do trabalhador, a título de ressarcimento pelo benefício concedido, o valor correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor total do benefício, em atendimento à Lei 6.321 que trata do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador e desde que a empresa comprove sua adesão ao PAT.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - QUOTAS DE EMPREGADOS COM MAIS DE CINQUENTA ANOS

Somente para os novos contratos firmados com tomadores de serviço após a homologação desta norma coletiva pelo E. TRT da 8ª Região, as empresas garantirão uma quota mínima de 10% (dez por cento) em seus quadros funcionais para contratação de vigilantes acima de 50 (cinquenta) anos de idade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DIREITO DAS MULHERES

Às empregadas, fica assegurada a quota de 20% (vinte por cento) no setor público e 10% (dez) no setor privado, no quadro funcional das empresas e igualdade de condições de trabalho, salário e progressão funcional.

Parágrafo único - Fica assegurado às empregadas gestantes o imediato remanejamento para outro local, quando possam vir a estar expostas a quaisquer condições insalubres ou perigosas.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RECICLAGEM

Ficam as empresas obrigadas a custear aos empregados da Área Operacional o curso de reciclagem, atestado ocupacional e exame psicotécnico, previsto na Portaria nº 3.233, de 13.12.2012, do DPF/MJ, sem qualquer ônus para o empregado.

Parágrafo primeiro - A empresa fornecerá hospedagem, transporte e alimentação ao vigilante submetido ao curso de reciclagem.

Parágrafo segundo - Em caso de rescisão do contrato de trabalho, no prazo de até noventa dias do término da validade do curso, obrigam-se as empresas a pagar o curso de reciclagem, bem como o exame para emissão do atestado de saúde ocupacional e o exame psicotécnico.

Parágrafo terceiro - Não se aplica o previsto no parágrafo anterior no caso de rescisão por justa causa.

Parágrafo quarto - O vigilante, quando convocado para o curso de reciclagem obrigatória, será dispensado das suas atividades, sem prejuízo da sua remuneração e do posto de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGUROS

As empresas custearão, para todos os integrantes da categoria profissional, seguro de vida, nos termos da lei 7.102/83 e da RESOLUÇÃO 005/84 do CNSP.

Parágrafo primeiro – Em caso de sinistro que resulte em óbito do empregado e constatada a inexistência de seguro de vida mantido pelo empregador, este deverá pagar aos herdeiros legais, no prazo de até 30 dias do óbito, em dinheiro, a quantia equivalente ao dobro do valor da cobertura prevista na RESOLUÇÃO 005/84 do CNSP.

Parágrafo segundo – Não se encontrando a empresa em débito com a seguradora em relação ao contrato de seguro de seus empregados, após a entrega dos documentos necessários para habilitação dos beneficiários, não se responsabilizará por eventual atraso no pagamento da indenização devida pela seguradora.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DESPESA DE VIAGEM PARA EMPREGADOS DO SETOR DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

As despesas com transporte, alimentação e hospedagem decorrentes do deslocamento do empregado do setor de vigilância Patrimonial para fora da sede do contrato de trabalho, a serviço da empresa, serão custeadas pela empregadora.



Parágrafo primeiro - A alimentação de que trata o *caput* desta cláusula inclui o café da manhã, o almoço e o jantar, conforme o caso, sendo que havendo pernoite, a respectiva despesa com hospedagem também será de responsabilidade da empresa.

Parágrafo segundo - Os recursos deverão ser disponibilizados antes do início das viagens.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DIÁRIA DE VIAGEM EM TRANSPORTE DE VALORES

No caso de viagens para o transporte de valores, com duração superior a 06 (seis) horas, será pago ao empregado o valor de R\$ 66,00 (sessenta seis reais), a título de diária de viagem, sem necessidade de comprovação de gastos. No caso de viagem com pernoite, além dos R\$ 66,00 (sessenta e seis reais), a empresa arcará com os gastos com hospedagem e com alimentação (jantar e café da manhã).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DESLOCAMENTO DE VIGILANTE - REMUNERAÇÃO DO TEMPO DE VIAGEM

Nos deslocamentos (viagens) a serviço que excederem 6 (seis) horas e que ocorram fora do horário da jornada normal, o tempo despendido durante o percurso será remunerado na base de 1 /3 da hora normal do salário-base do empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE TRANSPORTE AO EMPREGADO

As empresas fornecerão transporte ao empregado escalado que não tenha posto fixo, ou seja, em equipe de reserva, quando não lhe for comunicada a escala em tempo hábil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CARTA DE RECOMENDAÇÃO

As empresas fornecerão Carta de Recomendação aos empregados, no caso de dispensa sem justa causa ou a pedido, por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO – CANCELAMENTO ANUÊNCIA DO TRABALHADOR– SUCESSÃO DE CONTRATO



Em caso de renovação de contrato de prestação de serviços ou possibilidade de realocação do empregado em outro posto de serviço, a empresa poderá tornar nulo o aviso prévio, se houver a anuência do trabalhador, permanecendo em vigor o contrato de trabalho.

Parágrafo primeiro – A empresa que suceder a antiga prestadora de serviços fica obrigada a absorver todos os empregados dispensados da sucedida desde que preencham os requisitos e normas da empresa sucessora, ficando a sucedida dispensada do pagamento do aviso prévio indenizado, com autorização formal do trabalhador.

Parágrafo segundo - Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da dispensa e ou do término do contrato com o tomador, para pagamento das verbas rescisórias por parte da empresa sucedida, que deverá apresentar documento comprovando a quitação dos recolhimentos do FGTS.

Parágrafo terceiro - O empregado absorvido pela empresa sucessora, que contar com 01 (um) ano ou mais na empresa sucedida, no mesmo posto de serviço, não será submetido a contrato de experiência pela sucessora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - TRANSFERÊNCIA PARA FORA DO MUNICÍPIO

Somente é possível a transferência dos integrantes da categoria para município diverso do da contratação se houver a concordância do trabalhador e de seu respectivo sindicato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - NORMAS INTERNAS/COMUNICAÇÃO

Obrigam-se as empresas a divulgar suas normas internas por meio de documentos escritos, assinados pelos trabalhadores, bem como providenciar a afixação de um exemplar em cada local de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - HORÁRIO DE ESTUDO – CONCILIAÇÃO

Fica vedada a alteração unilateral de turno de trabalho do empregado estudante regularmente matriculado em estabelecimento de ensino público, exceto se o horário alterado não coincidir com o horário de estudo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONVÊNIO CAIXA ECONÔMICA/PIS

As empresas firmarão convênio com a Caixa Econômica Federal para pagamento em folha do abono do PIS (Programa de Integral Social) que o empregado tenha direito.



CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DANOS

Os empregados pertencentes à categoria profissional não poderão, em relação a bens e valores da empresa e de terceiros, ser responsabilizados por prejuízos decorrentes de acidente de trabalho, acidente de trânsito, avaria, desgaste natural de peças ou acessório, caso fortuito, de força maior, salvo em caso de comprovado dolo, culpa na sua participação no evento, quando, então, fica autorizado o desconto em folha de pagamento até o limite permitido ou em suas verbas rescisórias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RECEBIMENTO DE DOCUMENTO NO POSTO DE SERVIÇO

Fica vedado ao trabalhador que exerça suas atividades fora do prédio onde funcione a sede, filial ou escritório de representação da empresa, proceder ao recebimento de notificações, citações judiciais, aviso de recebimento, autos de infração e qualquer outra correspondência endereçada à empresa empregadora.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA JORNADA DE TRABALHO

As empresas poderão utilizar os seguintes regimes de trabalho:

Parágrafo primeiro - JORNADA DE TRABALHO - REGIME 12X36 - Fica permitido às empresas utilizarem a jornada no regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de intervalo, pelo que fica expressamente compensado o horário de trabalho.

I - Dadas as peculiaridades desse sistema de trabalho (12x36) e desde que o mesmo não seja ultrapassado ou compensado, nada será devido a título de horas extras e de repouso semanal remunerado, mesmo na ocorrência de trabalho em domingos e feriados.

II - Por se tratar de jornada especial de compensação, fica acordado que, em relação a um dia de falta injustificada, será descontado o valor de 1/30 do salário mensal, independentemente de repercussões disciplinares, legais e normativas, vedada a modificação de escala de trabalho preestabelecida. No retorno ao labor, o trabalhador deverá seguir normalmente a escala prevista, sem qualquer alteração.

III – Eventual trabalho realizado durante período de folga deverá ser pago em dobro, salvo disposição contrária prevista em lei.

Parágrafo segundo - JORNADA PARA O TRABALHO NO CAMPO – 15 x 15: Quando o trabalho desenvolver-se em local diverso do domicílio do empregado e restar impossibilitado o



retorno diário à sua residência, fica autorizada a utilização do regime de 12 horas de trabalho diário, durante quinze dias corridos, seguidos de quinze dias de folga de campo, respeitado o intervalo intrajornada.

I - Quando a utilização do regime acima previsto for por tempo inferior a quinze dias, considerar-se-á a folga de campo proporcionalmente aos dias trabalhados.

II - Cada falta injustificada ocorrida na frente de trabalho implicará na perda do direito de 01 (um) dia de folga por falta ao serviço.

III - Quando o empregado não estiver submetido ao regime de 15 x 15 e for designado para laborar provisoriamente em área que pratique esse regime, fica submetido às regras previstas neste parágrafo.

IV - Diante das peculiaridades desse sistema de trabalho e desde que o mesmo não seja ultrapassado, nada será devido ao trabalhador a título de horas extras e de repouso semanal remunerado, mesmo na ocorrência de trabalho em domingos e feriados.

Parágrafo terceiro - JORNADA DE TRABALHO – 5x2 E 6x1 - 44 HORAS SEMANAIS – ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS; EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES E DE ESCOLTA ARMADA.

I – Fica autorizada a adoção do sistema de 5 (cinco) dias de trabalho por 2 (dois) de descanso, com jornada de 8 horas e 48 minutos, garantido que, das duas folgas semanais, uma recaia no sábado ou no domingo.

II – Também poderá ser adotado o sistema de 6x1 (seis dias de trabalho e um de descanso), no total de 44 horas semanais, em jornada de 07 horas e 20 minutos ou 8 horas, entre segunda e sexta-feira e 04 horas no sábado;

a) O trabalho em feriados e domingos deverá ser remunerado em dobro.

b) Fica vedada a compensação da hora extraordinária com folga nos regimes previstos neste parágrafo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA

As empresas poderão utilizar, para registro da jornada de trabalho, papeleta de serviço externo, cartão de ponto, livro ponto, cartão magnético, sistema eletrônico de controle de ponto, registrador eletrônico de ponto, sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de rádio transmissor, estes últimos conforme Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009 e Portaria n.º 373, de 25/02/2011, ambas do Ministério do Trabalho e Previdência Social.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - JUSTIFICATIVA DE FALTAS - ABONO DE FALTAS/ESTUDANTE

As empresas abonarão as faltas dos empregados que comprovarem, no prazo de 72 horas, ter se submetido a provas em estabelecimentos de ensino público ou particular reconhecidos, se estudante, desde que o empregador tenha sido comunicado com vinte e quatro horas de antecedência.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA DE FALTAS - ABONO DE FALTAS

Serão abonadas e devidamente justificadas, inclusive para efeito de aquisição de férias, as faltas ao serviço do trabalhador em caso de necessidade de consulta médica de filho menor de cinco anos de idade ou portador de necessidades especiais, mediante comprovação por declaração médica, observado o limite de 8 dias por ano.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CLIMATIZAÇÃO DE CARRO FORTE

As empresas ficam obrigadas a manter ar condicionado nos veículos especializados de transporte de valores, bem como promover a instalação imediata desse aparelho nos novos veículos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ARMAMENTO/EPI

As empresas fornecerão gratuitamente a seus empregados da área operacional um cassetete e, se a vigilância for armada, colete à prova de bala, uma capa de colete individual, uma arma de fogo, devidamente legalizada, bem como, quando for o caso, o equipamento de proteção individual- EPI, para uso exclusivo em serviço.

Parágrafo primeiro - Quando, por culpa ou dolo do empregado, devidamente comprovados, ocorrerem extravios ou danos decorrentes da utilização dos equipamentos acima para fins estranhos ao serviço, o empregado ressarcirá a empregadora. Nesses casos, o desconto do valor integral do prejuízo será mediante desconto em folha, até o limite legal estabelecido.

Parágrafo segundo - Em caso de perda ou furto de arma de fogo, munição e colete balístico, deve o empregado, no prazo máximo de 16 (dezesesseis) horas, relatar o ocorrido à empresa, para que esta possa informar à Polícia Federal, sob pena de tal omissão caracterizar falta grave.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - UNIFORME

As empresas obrigam-se a fornecer, aos empregados da área operacional, um jogo de uniforme, composto de duas calças, duas camisas, um par de meias, um par de botinas, um cinto, um apito,



um cordel, uma lanterna com pilha, capa de chuva, um cassete, crachá, boné ou quepe com emblema.

Parágrafo primeiro - No caso de vigilância armada, as empresas fornecerão cinto de guarnição completo, além da arma de fogo legalizada e colete balístico, para uso exclusivo em serviço.

Parágrafo segundo – De acordo com a permissão dos tomadores de serviço, as empresas instalarão armários para guardar roupas e outros pertences dos trabalhadores nos locais de serviço.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADO MÉDICO

Para efeito de justificativa de faltas, as empresas ficam obrigadas a aceitar atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais próprios, de serviços públicos e privados ou conveniados ao sindicato profissional, desde que entregue em até 72 (setenta e duas horas) da sua emissão.

Parágrafo primeiro - As empresas obrigam-se a protocolar o recebimento do atestado médico e a emitir contrafé do recebimento.

Parágrafo segundo - Para entregar o atestado, o empregado poderá se fazer representar.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA MÉDICA EM LOCAIS ISOLADOS

Na ocorrência de doença ou acidente grave do empregado em serviço, em local sem assistência médica ou isolado, ficam as empresas obrigadas a promover a remoção para hospital público ou conveniado mais próximo.

Parágrafo primeiro - Em caso de morte do empregado, o empregador custeará as despesas com o funeral no valor de três vezes o menor piso da categoria.

Parágrafo segundo - No caso de morte do dependente do empregado, a empresa antecipará os custos com o funeral, mediante requerimento e autorização para desconto do valor respectivo em folha de pagamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DIÁLOGOS DE SEGURANÇA

As empresas podem realizar até 4 DDSs por mês com a finalidade de prevenir acidentes e debater questões de interesse comum, com participação obrigatória do pessoal da área operacional e com recomendação aos demais empregados, com prévia informação em 48 horas da data e horário de sua realização aos trabalhadores e ao sindicato profissional. Havendo necessidade de deslocamento ao local das reuniões, as empresas custearão o transporte.



Parágrafo primeiro - O tempo destinado aos Diálogos de Segurança não se inclui na jornada de trabalho e somente haverá remuneração como extra quando extrapolar o limite de oito horas mensais.

Parágrafo segundo - A condição de obrigatoriedade atribuí à ausência não justificada do trabalhador ao DDS, em 24 horas, caráter de falta sujeita à penalidade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas enviarão ao sindicato dos empregados cópias das comunicações de acidentes de trabalho remetidas ao INSS, até o 5º dia útil da data da emissão da CAT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - PLANO DE SAÚDE - CARRO FORTE E GESTÃO DE NUMERÁRIOS - OPERAÇÕES

Fica mantido o compromisso de implementação pelas empresas de plano de saúde ambulatorial (enfermaria) em empresa particular especializada constituída nos termos da lei 9.656/98, a partir da homologação da presente norma coletiva de trabalho, unicamente em favor dos empregados exercentes das seguintes funções: vigilante condutor de carro forte, guarda fiel e guarda escolta, trabalhadores lotados nas tesourarias e caixa forte das empresas de transporte de valores e os trabalhadores lotados nas operações e controle de roteiros da logística das equipes de transporte de valores, supervisor de segurança de base de transporte de valores e inspetor de segurança de base de transporte de valores, bem como para apenas 01 (um) dependente legal. Será descontado dos vencimentos dos trabalhadores acima o valor equivalente a 1% (um por cento) do valor da mensalidade do plano de saúde, pelo titular e pelo seu dependente.

Parágrafo primeiro – Os empregados ocupantes das funções descritas no *caput* desta cláusula, que optarem por um plano de maior valor, complementarão a diferença mediante desconto nos seus vencimentos mensais, mediante expressa autorização.

Parágrafo segundo – Fica mantido o plano de saúde de que trata o compromisso do *caput* desta cláusula durante o Aviso Prévio trabalhado.

Parágrafo terceiro - No caso de extinção do contrato de trabalho, sem justa causa, o empregado terá o direito de manter sua qualidade de beneficiário, nas condições que gozava quando da vigência do seu contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral, permitida a permanência no plano enquanto não conseguir novo emprego.

Parágrafo quarto - A empresa empregadora deve informar o empregado dispensado sem justa causa que ele poderá continuar no plano de saúde coletivo desde que assuma o pagamento integral das prestações.



Parágrafo quinto - Por sua vez, o trabalhador deve manifestar sua intenção de permanecer no plano, dentro de 30 dias, após a formalização da comunicação da empregadora, que repassará à operadora do plano de saúde essa informação, cessada, a partir desse momento, a responsabilidade da empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas concederão licença remunerada a 07 (sete) dirigentes do Sindicato Laboral (SINDIVIAP) que ocupem os cargos de presidente, vice-presidente, secretário-geral, secretário de finanças e administração, secretário de imprensa e comunicação, secretário de formação e relações sindicais, secretário de cultura e saúde do trabalhador para ficarem à disposição do referido sindicato. É de responsabilidade das empresas o pagamento de todas as obrigações trabalhistas inerentes ao contrato de trabalho e da função exercida quando de sua liberação.

Parágrafo primeiro - Essa liberação não se confunde com o que preconiza o art. 133 e §§ da CLT, face à flexibilidade da presente norma coletiva.

Parágrafo segundo – A liberação de que trata a presente cláusula fica limitada a 2 (dois) por empresa.

Parágrafo terceiro - Fica estabelecida a licença remunerada, pelo prazo máximo de 8 (oito) dias por ano, para participação em congressos, seminários e encontros a nível nacional, para apenas um membro da diretoria. Cabe ao sindicato profissional informar o nome do diretor ou suplente que irá participar, com antecedência de 5 (cinco) dias e comprovar a efetiva participação em 48 horas após o retorno ao trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA- MENSALIDADES SINDICAIS

As empresas descontarão o percentual de 3% (três por cento) sobre o salário-base a título de mensalidade, dos associados da entidade sindical profissional, diretamente em folha de pagamento nos termos do art. 545 da CLT.

Parágrafo primeiro - Os descontos das mensalidades em folha de pagamento somente poderão cessar após devidamente comprovada a exclusão do quadro social, mediante notificação da entidade sindical ou depois de comprovado pela empresa, o desligamento por demissão, transferência ou aposentadoria, vedados os pedidos de exclusão do quadro social da entidade sindical profissional apresentadas através das empresas.

Parágrafo segundo - Quando autorizado o desconto das mensalidades em folha de pagamento, a entidade sindical profissional fica desobrigada de fornecer o recibo de mensalidade, hipótese em que valerá como tal o comprovante de pagamento salarial.



Parágrafo terceiro - As empresas descontarão em folha de pagamento os créditos a favor do sindicato dos trabalhadores de empresas de segurança, vigilância, transportes de valores e similares do Estado do Amapá. O repasse deve se dar até o dia 15 de cada mês subsequente ao desconto e as empresas encaminharão mensalmente, relação nominal dos associados que sofrerem esta retenção.

Parágrafo quarto - O repasse devido poderá ser realizado por meio da conta corrente do SINDIVIAP na Caixa Econômica Federal, Agência 0658, CONTACORRENTE 819-5, OP. 03.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/REMESSA DE RELAÇÕES

As empresas remeterão ao sindicato profissional, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recolhimento da contribuição sindical dos empregados pertencentes à categoria profissional, relação nominal dos contribuintes, com indicação da função de cada um, o salário do mês a que corresponder à contribuição e o respectivo valor recolhido, bem como cópia de Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical-GRCS.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - HOMOLOGAÇÕES

As homologações das rescisões dos contratos individuais de trabalho poderão ser feitas perante a entidade sindical profissional, em sua sede social e sub-sedes, regularmente instaladas, desde que agendadas com 48 horas de antecedência.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ELEIÇÃO DE DELEGADO SINDICAL - ESTABILIDADE NO EMPREGO

Nas empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, é assegurada a eleição direta de um representante com as mesmas garantias do artigo 543 e seus parágrafos da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - REGRAS PARA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

O sindicato profissional e a entidade patronal poderão negociar, a qualquer tempo, desde que inexistir legislação salarial sobre a matéria, recomposição salarial. Deve a parte interessada apresentar formalmente a pauta dos itens que pretende negociar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data da reunião em que será tratada a matéria.



Parágrafo primeiro - Para firmar acordo coletivo de trabalho, seja por iniciativa da empresa ou dos seus trabalhadores, ambas as partes devem requerer simultaneamente a assistência aos seus respectivos representantes sindicais, com base no artigo 617 da CLT.

Parágrafo segundo - Aprovado o ACT, cabe à empresa e às entidades representantes sindicais adotarem as providências para o registro do mesmo junto à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Parágrafo terceiro - Registrado o ACT perante a SRTE, cabe à empresa dar ciência do mesmo a todos os seus trabalhadores, com fornecimento de cópia se solicitada formalmente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DIVULGAÇÃO DA PRESENTE TRANSAÇÃO

As empresas são obrigadas a afixar na sede, em lugar de destaque, cópia da presente sentença normativa, para amplo conhecimento dos interessados. A entidade sindical profissional fica responsável pelo fornecimento de cópias aos trabalhadores que desejarem.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DO CUMPRIMENTO DA PRESENTE NORMA

A presente norma coletiva vigorará de 01 de maio de 2019 a 30 de abril de 2020.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - MULTA

Fica estabelecida a multa de R\$ 11,00 (onze reais) por empregado e por mês, no caso de infração contínua, pela inobservância de qualquer cláusula da presente norma a ser aplicada à parte infratora e a reverter em favor da parte prejudicada, seja ela entidade sindical, empregado ou empresa.

Parágrafo único - A presente cláusula atende às exigências do inciso VIII do art. 613 da CLT e, quando de sua aplicação, deve ser respeitado o limite previsto no Parágrafo único do art. 622 da norma consolidada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO

Com a finalidade de pacificar as relações de trabalho, enquanto se negociam futuras normas trabalhistas, as partes ajustam a automática prorrogação de todos os termos deste instrumento normativo de trabalho no período em que realizarem negociações decorrentes da data-base de 2020.



Parágrafo único - Ante a eventual prorrogação desta norma coletiva de trabalho, fica pactuado que a vigência encerrará automaticamente com o advento de nova norma coletiva.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONVÊNIOS COM FARMÁCIAS E OUTROS LOCAIS DE FORNECIMENTO

As empresas celebrarão convênios com farmácias, supermercados, açougues, etc., com vistas ao fornecimento a seus empregados, mediante autorização e requisição, para desconto em folha de pagamento, diretamente ou por meio de cartão de facilidades.

Parágrafo primeiro – Mediante autorização dos empregados, as empresas devem efetuar o desconto em folha em relação aos convênios celebrados pelo sindicato laboral.

Parágrafo segundo - No caso do parágrafo anterior o repasse ao SINDIVIAP dar-se-á até o dia 15 do mês posterior ao vencido.

Parágrafo terceiro– Tais descontos ficam limitados a 30% (trinta por cento) da remuneração.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA, PLANO DA CNTC, com abrangência territorial no estado do Amapá.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio.

A Vice-Presidência determina a remessa dos autos para eventual homologação da norma pela Seção Especializada I.

E, como nada mais houvesse, foi encerrada a audiência da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Presidente.

